

## ÍNDICE

CAPÍTULO	DESCRIÇÃO	PÁG.
	RESUMO	2
	INTRODUÇÃO	3
1	MOTIVAÇÕES PARA O TEMA	5
2	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	7
3	CONSTITUIÇÃO E ESTATUTOS DA “SPC”	8
4	OBJECTIVOS, FINS E SÓCIOS	10
5	OS PRIMEIROS CORPOS GERENTES DA “SPC”	11
6	A “SPC” – PIONEIRA NO ASSOCIATIVISMO EM CONTABILIDADE (!?)	11
7	CONTRIBUTO DA “SPC” PARA A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS DE CONTAS	14
8	A “SPC” E A PROFISSÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS	16
9	CONTRIBUTOS DA “SPC” PARA UM PLANO PORTUGUÊS DE CONTABILIDADE	16
10	A “SPC” NA “CNC”	19
11	O BOLETIM DA “SPC”	21
12	PUBLICAÇÃO DE LIVROS E BROCHURAS	23
13	A BIBLIOTECA DA “SPC”	23
14	O LÉXICO PORTUGUÊS DE CONTABILIDADE	25
15	A “SPC” NA “REVISTA DE CONTABILIDADE E COMÉRCIO”	26
16	A “SPC” – MEMBRO FUNDADOR DA EX-“UEC” (ACTUAL “FEE”) E REPRESENTATIVIDADE EM CONGRESSOS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	27
17	OUTRAS ACTIVIDADES (ALGUMAS) DA “SPC”	30
18	A “SPC” E AS OUTRAS ASSOCIAÇÕES	31
19	SITUAÇÃO ACTUAL E FUTURO DA “SPC”	32
20	CONCLUSÕES	34
21	BIBLIOGRAFIA	37
	ANEXOS	41

## **RESUMO**

A Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC) foi fundada em Lisboa, em 27 de Junho de 1945, tendo o Estatuto sido aprovado pelo Alvará n.º 18/1946, de 28 de Janeiro de 1946, emitido pelo Governo Civil do Distrito de Lisboa, e surgiu da iniciativa de professores e alunos do Instituto Comercial de Lisboa.

A SPC está inactiva e os últimos órgãos sociais foram eleitos em 1983.

A SPC teve um importante papel no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal no século passado, tendo participado em congressos nacionais e internacionais de Contabilidade, organizado debates sobre temas contabilísticos e sobre a profissão de contabilista, publicado livros e brochuras e um Boletim Informativo (65 números entre 1958 e 1984). Além disso, apresentou um projecto de um Plano Português de Contabilidade.

Com este trabalho pretendemos dar um contributo para a história da SPC e efectuar uma singela homenagem à Associação, aos seus fundadores e ex-dirigentes.

# A SOCIEDADE PORTUGUESA DE CONTABILIDADE – “ressurreição” (ou não)?

## INTRODUÇÃO

Antes de mais, assumimos que tivemos alguma hesitação entre este título e outros dois alternativos: “A Sociedade Portuguesa de Contabilidade – Sua Importância no Desenvolvimento da Contabilidade no Século XX” e “A Sociedade Portuguesa de Contabilidade – Uma Justa Homenagem”. Porém, optámos pelo apresentado em epígrafe, por suscitar maior curiosidade.

Uma das nossas preocupações tem sido a de relevar alguns factos históricos importantes do desenvolvimento da Contabilidade em Portugal.

Foi neste contexto que, na qualidade de ex-responsável pela redacção do Boletim Informativo “Contabilidade e Professores” da Associação de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior (ADCES), escrevemos um pequeno texto<sup>1</sup> sobre a Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC) que nos motivou para a realização deste trabalho, bastante mais desenvolvido, para a revista “TOC”, visando uma maior divulgação da SPC<sup>2</sup>.

Há cerca de cinco anos, João Colaço<sup>3</sup> escreveu:

*“A Sociedade Portuguesa de Contabilidade, vetusta associação, que creio ser a decana, no nosso País, de todas as associações que têm a contabilidade como objecto primordial e central da sua vocação e actividade, tem vindo progressivamente a extinguir-se, visto que não soube adequar-se aos novos tempos.*

.../...

---

<sup>1</sup> Publicado no Boletim n.º 16, de Outubro a Dezembro de 2002.

<sup>2</sup> Se consideramos que, dos cerca de 80.000 TOC, cerca de 55.000 se inscreveram após 1995, com a publicação do primeiro ECTOC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/95, de 17 de Outubro, podemos concluir que a SPC não é conhecida pela maioria dos profissionais.

<sup>3</sup> Em comentário publicado na revista Eurocontas n.º 30, de Setembro de 1997 (p. 39).

*Como primeiro passo, há que combater o imobilismo e o resvalar decadente e progressivo para a auto-extinção em que a Sociedade tem vindo a mergulhar.*

*Dado este quadro de imobilismo, que nem a proverbialmente frenética actividade do Prof. Dr. Ruy de Carvalho tem conseguido ultrapassar, venho, nesta coluna, lançar o repto, a todos quantos se sintam com coragem de me acompanhar e ao próprio Prof. Ruy de Carvalho, para levarmos por diante uma tentativa para, a exemplo da mitológica Fénix, fazer renascer das cinzas a Sociedade Portuguesa de Contabilidade, levando-a a atingir o esplendor de outrora.”.*

Posteriormente, a mesma revista<sup>4</sup> destacava, em notícia sob o título “Avança a ideia de recuperar a Sociedade Portuguesa de Contabilidade”, uma frase do Dr. José Rita Braz Machado, que, com certo sentido de humor, referia: “*Há que tomar a SPC de assalto.*”.

Estes comentários sublinham a importância histórica e a situação actual da SPC, daí a nossa intenção de retomar o tema.

Considerando que os trabalhos sobre História da Contabilidade são muito condicionados pelas respectivas fontes, e uma vez que não pudemos ter acesso à biblioteca da SPC, pese embora a busca efectuada noutras bibliotecas, julgámos útil enviar o trabalho, antes da sua publicação, a alguns colegas que nos pudessem dar contributos para a sua melhoria<sup>5</sup>. Com efeito, consideramos que a vivência da SPC por parte desses colegas e que consta das suas memórias, constitui, também, uma fonte histórica relevante, daí o nosso procedimento. Este estudo contempla, por isso, esses contributos, devidamente referenciados.

Lamentamos, porém, que o último Presidente da Direcção da SPC, Dr. Ruy Luis Fernando de Carvalho, não nos tenha respondido às seis cartas que lhe enviámos, o que

---

<sup>4</sup> Eurocontas n.º 32, de Novembro de 1997 (p. 44).

<sup>5</sup> Foram os casos de António Lopes de Sá, Rogério Fernandes Ferreira, Hernâni O. Carqueja, Carlos Alberto Baptista da Costa, José Rita Braz Machado, António José Alves da Silva, e José Martins Lampreia e os Conselheiros do Centro de Estudos de História Contabilidade da APOTEC (apenas obtivemos o contributo de Armindo Costa).

poderia contribuir para a clarificação de algumas dúvidas descritas neste trabalho, das quais destacamos a do paradeiro da biblioteca da SPC<sup>6</sup>.

## 1 - MOTIVAÇÕES PARA O TEMA

As principais motivações (justificações) para a abordagem do tema são as seguintes:

- a) O facto de nas nossas leituras sobre História da Contabilidade em Portugal nos termos apercebido da importância que a SPC teve no século passado no associativismo profissional e no desenvolvimento teórico-prático da Contabilidade e da profissão de contabilista/técnico de contas;
- b) As influências directas e indirectas derivadas de comunicações e estudos de alguns professores, com especial destaque para os Prof. Doutores Armandino Cordeiro dos Santos Rocha<sup>7</sup>, António Lopes de Sá<sup>8</sup>, Rogério Fernandes Ferreira<sup>9</sup> e Hernâni O. Carqueja<sup>10</sup>;
- c) As reflexões directas ou indirectas nas reuniões do Centro de Estudos de História da Contabilidade da Associação Portuguesa dos Técnicos de Contabilidade (APOTEC)<sup>11</sup>;

---

<sup>6</sup> Esperamos que a divulgação deste trabalho suscite da parte do Dr. Ruy de Carvalho os esclarecimentos oportunos.

<sup>7</sup> Nosso professor na Universidade do Minho que nos deu uma visão global sobre a importância da Teoria e da História da Contabilidade nos seus planos científico-teórico e prático.

<sup>8</sup> Tivemos o prazer de o ter, em 1998, como docente no Mestrado em Contabilidade e Auditoria da Universidade do Minho. Além disso, o Professor convidou-nos para apresentar um trabalho realizado no âmbito do Mestrado para a disciplina de História e Filosofia da Contabilidade, intitulado “História e Teoria da Contabilidade – Resultados de um Questionário”, elaborado em conjunto com mais três colegas (Amadeu Magalhães, Ana Alexandra Pereira e Carla Susana Lobo), no II Seminário Pró-Latino (Belo Horizonte – Brasil).

<sup>9</sup> O actual cientista português de Contabilidade com maior número de livros e estudos publicados e que tem sido o principal inspirador nos nossos escritos.

<sup>10</sup> Actual Director da Revista de Contabilidade e Comércio, com o qual temos mantido muitas conversas.

<sup>11</sup> O Centro foi criado em 1 de Junho de 1996, reúne duas ou três vezes por ano, e é composto por 20 Conselheiros que integram os dois Órgãos do Centro: o Conselho Científico e o Conselho Executivo. O Centro edita, trimestralmente, um Boletim Informativo que é distribuído gratuitamente aos associados da APOTEC. Até 26 de Junho de 2004 integrámos o Conselho Executivo e a partir dessa data transitámos para o Conselho Científico.

- d) Por força desse envolvimento e interesse pela História da Contabilidade, há já alguns anos que temos vindo a desenvolver alguns estudos<sup>12</sup>, o que, por si só, constitui, também, um incentivo;
- e) Temos consciência de que a grande maioria dos profissionais de Contabilidade não conhece a história da SPC. Nós próprios, só agora, ao elaborarmos este trabalho, nos apercebemos de tal facto;
- f) O desenvolvimento do tema poder constituir uma justa homenagem a alguns distintos professores e profissionais da Contabilidade do século passado, designadamente os fundadores da SPC, que os actuais não devem esquecer;
- g) Dar um pequeno contributo para a clarificação da posição da SPC no contexto do associativismo profissional da Contabilidade. Alguns poderão, possivelmente, considerar que estamos a tocar num “assunto tabu”. Não nos importa, porém, como aliás tem sido nosso apanágio, gerar tal polémica em prol dessa clarificação e, quiçá, possível “ressurreição” (ou não) da SPC.
- h) O apelo do nosso “bichinho” associativo que, modéstia à parte, nos tem permitido ser o único profissional que está envolvido, simultaneamente e há já alguns anos, em órgãos sociais e ou comissões técnicas das três

---

<sup>12</sup> São os seguintes:

- “História e a Teoria da Contabilidade – Resultados de um Questionário”, separata e n.º 221 ano, vol. LVI – 1.º trimestre de 1999, da Revista de Contabilidade e Comércio, em co-autoria com Amadeu Magalhães, Ana Alexandra Pereira e Carla Susana Lobo;
- “O Ensino da Contabilidade no Ensino Superior”, no JTCE n.º 390, de Março de 1998;
- “Ensino da História da Contabilidade e sua Actualidade em Portugal”, Boletim do IPAT n.º 15, de Outubro de 1998 e Jornal de Contabilidade APOTEC n.º 262, de Janeiro de 1999;
- “História e Teoria da Contabilidade – Breve Reflexão”, no JTCE, n.ºs 408, 409 e 410, de Agosto a Novembro de 1999;
- “Primórdios do Desenvolvimento das Ciências Empresariais e da Contabilidade em Portugal”, no Boletim do Centro de Estudos de História da Contabilidade da APOTEC n.º 7, de Janeiro de 2000;
- “As Histórias do Italiano Cerboni” e o “Direito Contabilístico” (dois títulos mas com o mesmo conteúdo), no Semanário Económico n.º 697, de Maio de 2000, e na revista TOC n.º 8, de Novembro de 2000, respectivamente.
- “Centenário (1902-2002) da “Escola Prática Raul Dória””, na revista TOC n.º 33, de Dezembro de 2002;
- “70.º Aniversário da Revista de Contabilidade e Comércio”, na revista TOC n.º 44, de Novembro de 2003;
- “O “JTCE” – 36 anos ao serviço da Contabilidade e do Técnico de Contas”, publicado na revista TOC n.º 47, de Fevereiro de 2004.

associações representativas dos profissionais de Contabilidade e auditoria: a OROC, a CTOC e a ADCES<sup>13</sup>.

## 2 - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O facto de há alguns anos colecionarmos livros e revistas de contabilidade, adquiridos em alfarrabistas, possibilitou-nos o conhecimento de algumas importantes obras do século passado que nos facilitaram a abordagem do tema, dos quais destacamos as que se referem à SPC.

Assim, para a elaboração do trabalho, procedemos à consulta dessas obras<sup>14</sup>, com especial referência a:

- Revista de Contabilidade e Comércio desde o n.º 1 (Vol. I, de 1933);
- Boletim da SPC do n.º 1, de Outubro de 1954, ao n.º 65, de Outubro/Dezembro de 1984<sup>15</sup>;
- Livros e brochuras referidas no capítulo 12 deste trabalho;
- Brochuras dos Relatórios de actividades e Contas da SPC dos anos de 1949, 1951, 1952 e 1957;
- Outras revistas nacionais (v.g. Eurocontas, Jornal do Técnico de Contas e da Empresa) com referências à SPC.

Além disso, visitámos “in loco” as bibliotecas da CTOC, da OROC, da APOTEC e do ISCAL, bem como a biblioteca particular do colega José Martins Lampreia.

---

<sup>13</sup> Este nosso gosto pelo associativismo vem já dos tempos (1979-1984) em que frequentámos a Licenciatura em Gestão de Empresas da Universidade do Minho. Com efeito, além do envolvimento nestas três Associações, participámos:

- Associação Académica da Universidade do Minho (De 1982 a 1987 - vogal do Conselho Fiscal, Director pelo Departamento Desportivo, Tesoureiro e Director Administrativo e Financeiro);
- Associação dos Antigos Estudantes da Universidade do Minho (De 1987 a 1997 - Elemento da Comissão-Pró AAEUM, membro n.º 1 e fundador, primeiro Presidente da Direcção, Presidente da Mesa da Assembleia Geral);
- Centro de Estudos de História da Contabilidade da APOTEC (desde 1 de Junho de 1996 - Conselheiro do Conselho Executivo) e desde 26 de Junho de 2004, conselheiro do Conselho Científico;
- APECA – Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade, Auditoria e Administração – Membro do Conselho Fiscal, em representação de Sebastião Cruz e Joaquim Guimarães, SROC.

<sup>14</sup> Todas as obras referidas fazem parte da nossa biblioteca.

<sup>15</sup> Na nossa biblioteca dispomos de originais dos primeiros 16 números. Os restantes números (em fotocópias) foram gentilmente cedidos pela APOTEC, a quem agradecemos nas pessoas do colega Manuel Patuleia e da Dra. Isabel Cipriano.

Para o esclarecimento de algumas dúvidas, enviámos cartas, estabelecemos contactos pessoais e telefónicos com algumas pessoas que tiveram intervenção nos Órgãos Sociais da SPC (Dr. Alves da Silva, Dr. Ruy de Carvalho e Prof. Doutor Rogério Fernandes Ferreira) ou foram simplesmente sócios (o Prof. Dr. Hernâni O. Carqueja).

### 3 – CONSTITUIÇÃO E ESTATUTOS DA “SPC”

A SPC foi fundada em Lisboa, em 27 de Junho de 1945, cujo Estatuto foi aprovado pelo Alvará n.º 18/1946, de 28 de Janeiro de 1946, emitido pelo Governo Civil do Distrito de Lisboa, com sede provisória no Instituto Comercial de Lisboa.

Os Estatutos (FIGURA N.º1) foram aprovados em Assembleia Magna, realizada em 27 de Junho de 1945 (registou algumas alterações em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Janeiro de 1953), e objecto de despacho do então Ministro da Educação Nacional, de 26 de Fevereiro de 1953 (comunicado por carta de 7 de Maio de 1953, Livro n.º B, Processo n.º 30)<sup>16</sup>.

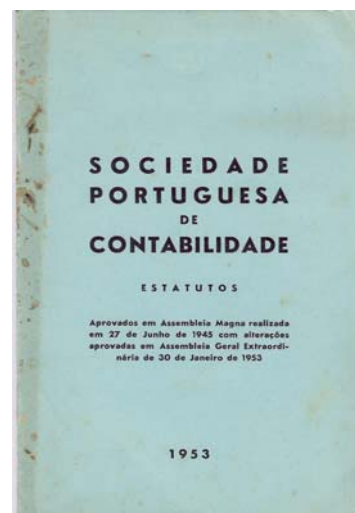


Fig. N.º 1 – Estatutos da SPC

O art.º 1.º dos Estatutos estabelece: “*A Sociedade Portuguesa de Contabilidade, Associação Cultural fundada em 27 de Junho de 1945, tem sede em Lisboa, exerce a sua actividade em todo o território português e rege-se pelos presentes Estatutos.*”.

Face a alguns comentários, a seguir transcritos, em textos publicados no Boletim da SPC n.º 15, de Abril de 1958 (pp. 283-291), e a título de memória/homenagem póstuma ao Dr. António Pedroso Pimenta, ficamos na dúvida de quem partiu, efectivamente, a ideia da constituição da SPC:

- “*Terminando o seu curso de contabilista, transita para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, mas não esquece do seu antigo*

<sup>16</sup> De acordo com a capa da brochura da Figura n.º 1, constata-se que os Estatutos foram alterados em 30 de Janeiro de 1953. A publicação dos Estatutos na Revista de Contabilidade e Comércio n.º 207, de Setembro de 1995 refere-se a duas alterações aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de Janeiro de 1953 e 29 de Janeiro de 1988. Dado a situação de inactividade da SPC e tendo em conta a data de publicação na RCC (Setembro de 1995) não deveriam ter ocorrido outras alterações.

*I.C.L.<sup>17</sup>. Logo outra aspiração lhe domina o pensamento: A Associação dos Contabilistas.*

*Da ideia à acção vai um passo e nasce essa outra associação. Lêvedo que mais tarde, e por vicissitudes várias, fez gerar a nossa Sociedade Portuguesa de Contabilidade”;*

- *“O núcleo dos antigos alunos do Instituto que foram seus discípulos, e com ele fundaram aquela colectividade<sup>18</sup>, é o melhor testemunho do que deixo escrito em sua honra. Esta é, segundo creio, a sua mais formosa herança espiritual.”;*
- *“A Sociedade Portuguesa de Contabilidade representou para o seu fundador o prolongamento do magistério, mas foi também uma prova do seu amor ao Instituto Comercial de Lisboa<sup>19</sup>.”;*
- *“O seu interesse pela vida cultural, levou-o a animar a criação da Sociedade Portuguesa de Contabilidade.*

*Foi no ano de 1946....*

*Um grupo de alunos – entre os quais Xavier Antunes, Sousa e Castro e esse querido amigo já falecido que foi Virgílio Rodrigues – pensaram em criar a Sociedade Portuguesa de Contabilidade.*

*Foram estimulados pelo seu professor. A agremiação cultural criou-se, por alvará n.º 18, de 1946. O sócio n.º 1, foi António Pedroso Pimenta. E foi também o 1.º Presidente da Assembleia Geral, mantendo-se, por reeleições sucessivas, até à altura da sua morte<sup>20</sup>”.*

---

<sup>17</sup> Abreviatura de Instituto Comercial de Lisboa. Actualmente é o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

<sup>18</sup> A SPC.

<sup>19</sup> De acordo com o testemunho do Dr. Eduardo Baptista de Oliveira (Boletim da SPC n.º 15, de Abril de 1958, pág. 289-291), sob o título “Palavras de Saudade”, o Dr. António Pedroso Pimenta foi, por várias vezes, Presidente da Associação Académica do I.C.L., delegado no Senado Universitário do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e fundador da Associação dos Contabilistas Diplomados pelo Instituto do Comércio e Cursos Equivalentes.

<sup>20</sup> O Dr. António Pedroso Pimenta nasceu em Queluz em 11 de Agosto de 1900, e faleceu em Lisboa, em 17 de Maio de 1957 (56 anos de idade). Diplomou-se com o Curso de Contabilista do ICL e obteve a Licenciatura em Ciências Económicas e Financeiras (1932) na Universidade Técnica de Lisboa (cf. Boletim n.º 14, de Janeiro de 1958, p. 270).

Se, na prática, a SPC poderia ter sido constituída pelos três ex-alunos referidos, o que é indiscutível é que, de uma forma directa ou indirecta, o Dr. António Pedroso Pimenta foi o seu fundador espiritual, como comprova o facto de ter sido o sócio n.º 1 e o Presidente da Assembleia Geral desde a sua constituição até ao seu falecimento.

Sem dúvida que estes factos são elucidativos do envolvimento associativo desse distinto Professor, especialmente na SPC, o que pode ser comprovado pela homenagem efectuada no Boletim n.º 15, de Abril de 1958, com diversos depoimentos em sua memória, e pela feitura de um quadro<sup>21</sup>.

O logótipo da SPC aparece nos Boletins (FIGURA N.º 2) e não consta dos Estatutos<sup>22</sup>.

#### 4 – OBJECTIVOS, FINS E SÓCIOS

O art.º 1.º dos Estatutos estabelece:

*“Artigo 1.º - A Sociedade Portuguesa de Contabilidade, Associação Cultural fundada em 27 de Junho de 1945, tem a sede em Lisboa, exerce a sua actividade em todo o território português e rege-se pelos presentes Estatutos.”*

O art.º 2.º refere que:

*“A Sociedade Portuguesa de Contabilidade tem por fim contribuir para o aperfeiçoamento da organização e progresso da contabilidade e estudar a sua aplicação aos problemas relacionados com este ramo da ciência.”*

O art.º 3.º refere-se aos fins estatutários, destacando-se os seguintes: apresentação de comunicações e palestras; promoção de congressos, conferências e exposições sobre

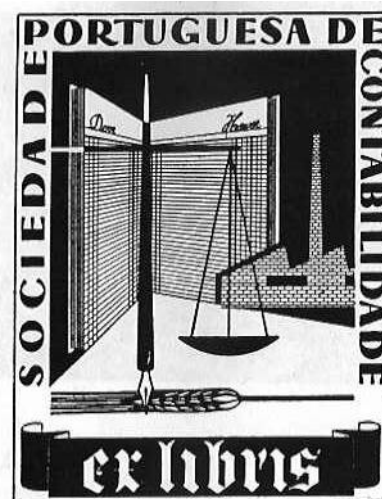


Figura n.º 2 – Logótipo da SPC

<sup>21</sup> Uma notícia publicada no Boletim n.º 16, de Julho de 1958, refere-se à execução de um quadro, pintado por D. Elisa Felismino, alusivo ao Dr. Pedroso Pimenta, que deve integrar o espólio da SPC.

<sup>22</sup> O logótipo contém as expressões “Sociedade Portuguesa de Contabilidade” e “ex-libris” e os seguintes objectos/imagens: livro de razão com a designação de “Deve” e “Haver”, uma balança cujo pêndulo é uma pena, uma espiga, bem como uma fábrica. Não encontramos a explicação do conteúdo do logótipo, embora de tais objectos/imagens se possam deduzir os respectivos significados, i.e., a contabilidade relacionada com as actividades empresariais: a indústria, a agricultura e os serviços.

assuntos de Contabilidade; publicação de uma revista da especialidade; organização de uma biblioteca; representação em Congressos, etc.

O art.º 4.º dos Estatutos prevê quatro categorias de sócios: efectivos, agregados, honorários e correspondentes.

O art.º 5.º estabelece que para a admissão como “sócio efectivo” é necessário ser cidadão português de qualquer sexo e ser diplomado com o “Curso de Contabilista” dos Institutos Comerciais ou cursos médios comerciais equivalentes.

O mesmo articulado (em § único) prevê, ainda, a admissão como “sócio efectivo”, desde que sejam cidadãos portugueses, individualidades eminentes que tenham efectuado trabalhos de reconhecido valor sobre contabilidade, Diplomados com Cursos Superiores de Comércio ou equivalentes e Técnicos de Contabilidade que desempenhem funções superiores em empresas industriais, comerciais ou noutros organismos.

Não obtivemos informações sobre o número de associados que a SPC registou.

## **5 - OS PRIMEIROS CORPOS GERENTES DA “SPC”**

Considerando que a SPC foi constituída em 1946, que o Boletim da SPC apenas foi publicado a partir de Outubro de 1954, e uma vez que a SPC não tinha, nesse período, um meio de comunicação próprio de divulgação da sua actividade, recorreremos à consulta da Revista de Contabilidade e Comércio (n.º 112, ano XIV, de Janeiro a Março de 1946, pp. 111-112), que noticiou, sob o título “Vida Associativa – Sociedade Portuguesa de Contabilidade”, a primeira Assembleia Geral da SPC<sup>23</sup> para eleição dos primeiros corpos gerentes, nos termos do art.º 20.º dos Estatutos, tendo sido realizada nas instalações do ICL, no dia 12 de Fevereiro de 1946, cuja composição, em homenagem, destacamos no APÊNDICE N.º 1.

## **6 - A “SPC” – PIONEIRA NO ASSOCIATIVISMO EM CONTABILIDADE (!?)**

Tendo em conta que a SPC foi constituída, como já referimos, em 1945, e considerando as datas de constituição das associações de profissionais de Contabilidade

---

<sup>23</sup> Sobre a importância da Revista de Contabilidade e Comércio na divulgação da SPC referimo-nos no item 15 deste trabalho.

e áreas conexas (v.g. Auditoria), conforme APÊNDICE N.º 2, parece que podemos inferir que a SPC foi pioneira no associativismo dos profissionais de Contabilidade.

Esse facto é sublinhado na Revista de Contabilidade e Comércio, n.º 53, de Janeiro-Março de 1946, ano XIV (pp. 5-6), em nota de apresentação da SPC subscrita pelo então Director e ex-vice-presidente da direcção da SPC, Dr. José Henriques Garcia, da qual transcrevemos:

*“Desde a fundação da Aula do Comércio, pelo Marquês de Pombal, no século XVIII, o nosso país nunca mais deixou de se interessar pelo estudo da contabilidade.*

*.../...*

*Os contabilistas e chefes de contabilidade, porém, nunca dispuseram de uma organização cultural para o efeito. Têm-na agora, mercê do ingente esforço desenvolvido por um grupo de novos, saídos dos Institutos Comerciais, que, desinteressada mas apaixonadamente, se vêm, desde há muito, aplicando aos estudos da contabilidade e à maneira de colocar os seus métodos científicos ao serviço da economia, visando o progresso do país e das suas organizações comerciais, industriais e administrativas.”*

Apesar disso, registamos o testemunho do último Director do Boletim, Fernando da Conceição Lopes, em estudo sob o título “Subsídios para a História da Sociedade Portuguesa de Contabilidade”, publicado no último Boletim (n.º 65, de Outubro/Dezembro de 1984, pp. 16-20):

*“A Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC) é a mais antiga associação dos profissionais de contabilidade existente em Portugal.*

*Este movimento associativo teve porém o seu início nos finais do século XIX quando em 1884 o Prof. Ricardo de Sá formou a Associação Portuguesa de Contabilidade, a qual, segunda afirma o próprio fundador, teve vida efémera<sup>24</sup>.*

---

<sup>24</sup> O autor cita: Ricardo de Sá, “Verificações e Exames de Escripta”, Ed. Livraria Ferin, Lisboa, 1912 (pp. 154-5). De acordo com Hernâni O. Carqueja em nota biográfica publicada na revista “Revisores & Empresas” da Ordem dos ROC n.º 16, de Janeiro/Março de 2002 (pp. 5-6), este livro parece ter sido o primeiro em português sobre verificação de contas. Da leitura do livro (possuímos um exemplar na nossa biblioteca) verificámos que o próprio Ricardo de Sá no prefácio refere: “Em português nada há escrito sobre o assunto que vamos tratar.”.

*Há conhecimento de outras organizações posteriores fundadas com o mesmo objectivo, uma das quais a Associação de Classe dos Empregados de Contabilidade, na qual cooperou, igualmente, o Prof. Ricardo de Sá, mas todas tiveram curta existência.”*

Desta transcrição ressalta o nome do Prof. Ricardo de Sá (o seu nome completo é Ricardo José de Sá) como um entusiasta do associativismo da Contabilidade e da defesa dos guarda-livros.

Tendo em conta essa referência, alertamos para a leitura da nota biográfica elaborada por Hernâni O. Carqueja<sup>25</sup> na qual sublinha que Ricardo de Sá foi o promotor, em 1885<sup>26</sup>, da Associação de Classe dos Guarda-Livros<sup>27</sup>. Ou seja, Ricardo de Sá foi, indiscutivelmente, uma das primeiras pessoas, senão a primeira, a defender os profissionais de Contabilidade<sup>28</sup>.

Não nos desviando muito do tema central deste estudo, não nos abstermos, porém, de sublinhar algumas das frases (no português da altura) de Ricardo de Sá no seu livro “Verificações e Exames de Escripta”<sup>29</sup>:

*“Quando em 1884 formámos a Associação Portuguesa de Contabilidade, criámos n’ella um grupo denominado synhedrio, composto dos associados aptos para os cargos superiores da contabilidade, servindo para deliberar sobre os assumptos scientificos, e dedicando-se, entre outros, aos trabalhos seguintes:*

*.../...*

*A Associação Portuguesa de Contabilidade teve vida ephemera em consequencia, segundo nos disseram, de restringir pelo seu estatuto o numero de synhedristas.*

---

<sup>25</sup> Publicada na revista “Revisores & Empresas” da Ordem dos ROC n.º 16, de Janeiro/Março de 2002 (pp. 5-6).

<sup>26</sup> No comentário transcrito de Fernando Conceição Lopes é referida a data de 1884.

<sup>27</sup> Em rodapé n.º 10 da nota biográfica, Hernâni Carqueja, citando A. Álvaro Dória, em estudo sob o título “Ricardo de Sá em Defesa dos Guarda-Livros”, publicada na Revista de Contabilidade e Comércio vol. XL, n.º 159, 1973 (pp. 274-81) refere: “Esta associação parece ser a mesma que é referida sob a designação de Associação Portuguesa de Contabilidade por Richard Brown, “A History of Accounting and Accountants”, Frank Cass & Co. Ltd, 1905 e 1968, a pág. 295”.

<sup>28</sup> Como se comprova, nomeadamente, pelo trabalho a que se refere a nota de rodapé anterior.

<sup>29</sup> Cf. rodapé n.º 23 (pp. 154 – 6).

*O que nós vimos é que os associados não frequentavam a Associação, convencendo-nos portanto de que entre os guarda-livros de Lisboa não estavam ainda suficientemente desenvolvidos os princípios de confraternidade e solidariedade.*

*.../...*

*Passados 10 anos, instigado por alguns colegas e julgando mais propícia a ocasião, por existirem novos elementos, cooperamos para se organizar a Associação de Classe dos Empregados de Contabilidade onde, dominados sempre pela idéia de um grupo de competentes, conseguimos introduzir uma comissão técnica composta de 25 membros efectivos e 5 suplentes.*

*.../...*

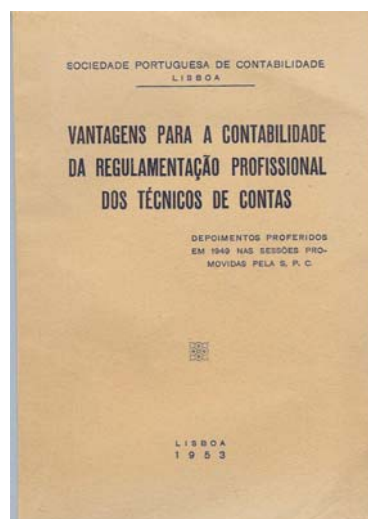
*Esta associação, exactamente como a primeira, teve pouca vida e depois d'isso nenhum outro tentamen houve no mesmo sentido.”*

São estas referências que nos levam a colocar a dúvida (!?) em título deste capítulo.

## **7 – CONTRIBUTO DA “SPC” PARA A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS DE CONTAS**

Uma das publicações da SPC intitula-se “Vantagens para a Contabilidade da Regulamentação Profissional dos Técnicos de Contas (FIGURA N.º 3)” e refere-se à compilação de diversos depoimentos proferidos em 1949 num ciclo de sessões publicadas promovidas pela SPC.

Este mesmo facto é mencionado no Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal de 1949, o qual foi apresentado numa brochura (FIGURA N.º 4), mencionando que tais comunicações foram apresentadas na secretaria da SPC (Largo do Chiado, 12-2.º, Lisboa).



**Fig. n.º 3** – Vantagens para a Contabilidade da Regulamentação Profissional dos Técnicos de Contas.



Fig. n.º 4 – Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal de 1949

De acordo com esses dois documentos e tendo em conta a sua importância para a profissão dos TOC, pois julgamos que foi a primeira realização pública em que se discutiu a profissão, elaborámos o APÊNDICE N.º 3, no qual descrevemos as datas, os nomes e referência curricular das pessoas que apresentaram tais depoimentos, bem como algumas frases destacadas.

Segundo a comunicação do Dr. António Pedroso Pimenta, pretendeu-se, com essa realização, a recolha de vários depoimentos e opiniões de professores dos três graus de ensino, de juristas, de comerciantes, de industriais e de técnicos sobre as “Vantagens para a Contabilidade da Regulamentação Profissional dos Técnicos de Contas”.

Recorrendo à história, o Dr. António Pimenta recorda na sua alocução:

*“O reconhecimento da necessidade da regulamentação da Contabilidade já não é novo, vem bem de trás.*

*Aparece-nos em épocas bem recuadas.*

*Assim, datada de 30 de Agosto de 1770, foi publicada uma carta de lei, estabelecendo as condições em que poderia ser desempenhada a profissão de guarda-livros, fixando-se mesmo os ordenados mínimos para os que desempenhassem funções no comércio, como se vê na referida lei: «Porque seria contrário à razão; por uma parte que depois de se ver tão favorecida e louvável aplicação dos que frequentam a Aula do Comércio, houvessem estes de fazer monopólio do seu préstimo, pretendendo excessivos preços pelos seus ordenados com prejuízo, e gravame das Casas de Comércio; e por outra parte, que se invilicasse a sua remuneração pela concorrência do grande número dos mesmos Aulistas, que pretendessem ao mesmo tempo as suas acomodações: Mando, que lhes fiquem estabelecidos, como preços invariáveis...», etc.*

*Na referida carta de lei, até se previam diuturnidades e se garantiam os direitos adquiridos.*

*Isto em 1770.*

.../...

*Mas, regulamentação completa da profissão dos técnicos de contas, não temos infelizmente ainda, apesar dos estudos profundos feitos pela comissão nomeada para esse fim, por portaria de 1933, à qual tive a honra de pertencer, e que finalizou os seus trabalhos sobre tão palpitante problema, apresentando um interessante relatório que, infelizmente, nunca foi publicado, sendo só conhecidas as respectivas bases, que sofreram nessa altura larga divulgação.”*

A terminar a sua exposição, o Dr. António Pimenta conclui que a regulamentação da profissão de técnicos de contas melhorará a execução da contabilidade, beneficiará a posição dos respectivos técnicos e tais resultados não deixarão de influenciar os restantes sectores da vida nacional.

## **8 – A “SPC” E A PROFISSÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

Devido ao facto de alguns membros da SPC terem sido admitidos como revisores oficiais de contas (ROC) a partir do primeiro estatuto dos ROC, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 1/72, de 3 de Janeiro, constatamos que a SPC colaborou nos primeiros passos da Câmara dos ROC, através, nomeadamente, da cedência de instalações, da publicação de estudos no Boletim e na realização de eventos sobre a profissão<sup>30</sup>.

Na verdade, podemos inferir que os primeiros estudos e artigos de opinião sobre a actividade da revisão legal de contas foram publicados no Boletim da SPC, pois a Câmara dos ROC só iniciou a publicação do Boletim em Janeiro de 1986.

## **9 – CONTRIBUTOS DA “SPC” PARA UM PLANO PORTUGUÊS DE CONTABILIDADE**

A SPC teve um papel bastante interventivo na concepção de um Plano de Contabilidade Português.

O primeiro colóquio sobre o Plano Contabilístico Português promovido pela SPC realizou-se em 9 de Maio de 1958, tendo contado com intervenções de A. Tomé de Brito, Augusto Moreira e Aureliano Felismino<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> No Boletim da SPC n.º 34, de Abril/Junho de 1974 (p.29), é anunciada a realização, em 28 de Fevereiro de 1974, na secretária da SPC, de uma mesa redonda sobre revisão de contas.

<sup>31</sup> Conforme RCC n.º 103, de Julho/Setembro de 1958 (p. 406).

Alves da Silva, em dois estudos publicados no Boletim<sup>32</sup>, apresentou alguns aspectos da evolução da normalização contabilística internacional e nacional, destacando, nesta última, as tentativas de normalização por parte de alguns organismos públicos e privados e o estabelecimento de certas normas contabilísticas em alguns sectores de actividade, desenvolvidas até a data do estudo<sup>33</sup>. No que concerne ao primeiro aspecto, sintetizou os seguintes trabalhos (QUADRO N.º 1):

**QUADRO N.º 1 – Trabalhos de Normalização Contabilística até 1974**

ANO	TÍTULO DO TRABALHO	OBSERVAÇÕES DO AUTOR
1935	A Unificação dos Balanços, Dr. Polybio Garcia	
1956	Ensaio sobre um Planeamento Contabilístico Racional – Dr. Cruz Vidal	É uma parorâmia geral da planificação contabilística e das necessidades para a economia da empresa nacional.
1965	Plano Geral de Contabilidade	Projecto-Contribuição para o Plano Contabilístico Português do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritórios do Distrito de Lisboa – Centro de Estudos.
1970	Plano de Contabilidade para a Empresa	Grupo de Trabalho dos Técnicos de Contas do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa.
1970	Anteprojecto do Plano Geral de Contabilidade da DGCI – 1.ª fase, 2.ª fase (1973)	
1974	Plano Português de Contabilidade	Sob a égide da SPC.

**Fonte:** Elaboração própria (adaptado dos referidos estudos de Alves da Silva)

<sup>32</sup> ALVES DA SILVA, António José: “A Normalização Contabilística Internacional – Algumas Notas sobre as Normas Consagradas em Portugal e Noutros Países” (Boletim n.º 43, de Abril/Junho de 1977, pp. 4-8) e “A Normalização Contabilística em Portugal” (Boletim n.º 49, de Janeiro/Março de 1979, pp. 5-8). Esta última refere-se a uma comunicação apresentada em 5 de Outubro de 1978 nas Jornadas de Contabilidade em Aveiro.

<sup>33</sup> Não é referida a data, mas tendo em conta a sua publicação no Boletim, deduzimos que seja o ano de 1977.

Em síntese, podemos concluir o seguinte:

- a) Até à publicação do Dec. Lei n.º 44/77, de 7 de Fevereiro, que aprovou o primeiro POC para as empresas, registaram-se seis trabalhos/contributos para a normalização contabilística das empresas, sendo cinco de iniciativa privada (dois individuais e três colectivos, incluindo-se, neste último, o da SPC) e um de iniciativa pública (DGCI);
- b) O primeiro trabalho apresentado “A Unificação dos Balanços”, de Polybio Garcia (o seu nome completo é Polybio Artur dos Santos Garcia), é uma tese de doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras apresentada em 1935 na Universidade Técnica de Lisboa<sup>34</sup>.

Dado que, em troca de impressões com alguns colegas, ficámos na dúvida sobre se, efectivamente, se tratou de uma tese de doutoramento (a capa do livro refere o nome do autor e a referência a “Doutor em Ciências Económicas e Financeiras” e a primeira página refere “Dissertação para o concurso de Professor Auxiliar da Universidade Técnica de Lisboa”), enviámos uma carta, em 27 de Outubro de 2003, à Reitoria da UTL que nos respondeu, através da carta n.º 5680, de 10 de Dezembro de 2003, referindo que Polybio Garcia obteve o grau de doutor em 1932 (e não 1935, data do livro referida no estudo de Alves da Silva);

- c) A título de esclarecimento complementar, sublinhamos que o segundo trabalho individual, da autoria do Dr. Cruz Vidal (o seu nome completo é Caetano Léglise da Cruz Vidal), constituiu a sua tese de doutoramento em Finanças pela mesma Universidade Técnica de Lisboa<sup>35</sup>. Embora o livro de publicação da tese refira o ano de 1955, a mesma foi apresentada em 1956, de acordo com informação que solicitámos e obtivemos da Universidade Técnica de Lisboa;
- d) O anteprojecto do Plano Geral de Contabilidade da DGCI (1973) foi elaborado por Rogério Fernandes Ferreira, Henrique Quintino Ferreira e

---

<sup>34</sup> Foi publicada em livro (Ed. Tip. Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, V.N. Famalicão, 1935) e dispomos de um exemplar na nossa biblioteca.

<sup>35</sup> Foi publicada em livro e dispomos, também, de um exemplar, tendo sido composto e impresso na Tipografia União Gráfica, em Lisboa.

Mário Martinho Pereira. A SPC emitiu em 28 de Setembro de 1973 um parecer técnico com algumas críticas e sugestões sobre este documento, publicado no Boletim da SPC n.º 33, de Janeiro/Março de 1974, pp. 17-19;

- e) Relativamente ao Plano de Contas Nacional proposto pela SPC, algumas revistas referem-se ao documento e às reuniões havidas para o seu desenvolvimento nomeadamente através da criação, em 1953, de uma Comissão cujos resultados desconhecemos<sup>36</sup>. Independentemente do parecer técnico sobre o Anteprojecto do POC da DGCI, a SPC continuou os seus trabalhos de estudo do Plano Português de Contabilidade, no seio de uma outra Comissão constituída em 1974<sup>37</sup>. Nos Boletins da SPC n.ºs 36 (Outubro/Dezembro de 1974) e 37 (Janeiro/Março de 1975) foi publicado o esboço desse Plano, solicitando-se a opinião dos associados da SPC.

## **10 – A “SPC” NA “CNC”**

Logo após publicação do primeiro POC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/77, de 7 de Fevereiro, a SPC, em carta datada de 28 de Julho de 1977 dirigida ao Ministro das Finanças (MF)<sup>38</sup>, alertou para a necessidade da criação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), conforme previa o n.º 1 do art.º 4º daquele diploma.

Em 24 de Abril de 1978, i.e., mais de 9 meses depois, a SPC recebeu a resposta do Serviço de Prevenção e Fiscalização Tributária do MF<sup>39</sup>, cujo despacho de 29 de Março de 1978 propõe a constituição urgente da CNC, nos termos daquela disposição legal. Ou seja, este despacho poderá considerar-se o segundo (o primeiro foi o próprio diploma que aprovou o POC) passo legal que conduziu à constituição da CNC.

Como referimos no item anterior, a SPC foi a primeira associação profissional a desenvolver acções concretas de implementação de um plano contabilístico e, através daquelas diligências, teve um importante papel na criação da CNC.

---

<sup>36</sup> Cf. referência no Boletim da SPC n.º 48, de Outubro/Dezembro de 1978 (p. 5).

<sup>37</sup> Segundo referência de Alves da Silva nos estudos citados. Presumimos não ser a mesma Comissão de 1953.

<sup>38</sup> Publicada no Boletim da SPC n.º 44, de Julho/Setembro de 1977, pp. 11-2.

<sup>39</sup> Publicada no Boletim da SPC n.º 47, de Abril/Junho de 1978, p. 4.

Através de Fax datado de 26 de Novembro de 2003 dirigido à Comissão Executiva da CNC, solicitámos informações sobre os dirigentes da SPC designados para o Conselho Geral da CNC e obtivemos a seguinte informação (carta n.º 091/03, de 16/12/2003):

- David Duarte Lopes (27 de Fevereiro de 1975)<sup>40</sup>;
- Alberto Jorge Ferreira Caessa (13 de Outubro de 1980)<sup>41</sup>;
- Ruy Luis Fernando de Carvalho (?)<sup>42</sup>

De referir, ainda, que essa carta esclarece que, presentemente, a SPC não dispõe de nenhum representante indicado para o Conselho Geral, ou seja, o último foi o Dr. Ruy de Carvalho.

A representação da SPC na CNC gerou uma polémica que resultou de um episódio descrito no Boletim e que teve a ver com um lapso do legislador ao omitir na Portaria n.º 819/80, de 13 de Outubro, a indicação da SPC, quando o projecto inicial a contemplava.

Esse facto mereceu destaque no Boletim n.º 55, de Outubro/Dezembro de 1980, em que o Director do Boletim, Fernando da Conceição Lopes, em editorial sob o título “A Normalização Contabilística em Portugal” teceu os seguintes comentários:

*“Considerada a nossa posição por consenso e direito próprio inegável, a publicação definitiva da portaria<sup>43</sup> no “Diário da República” veio mostrar a existência de alterações posteriores introduzidas sem audição da Comissão a quem foi confiada, oficialmente, a representatividade para a*

---

<sup>40</sup> Conforme documento a que tivemos acesso na altura em que exercemos funções na CNC, esta designação foi efectuada com base num Despacho (não refere a entidade) desta data, com a menção de “Membros Efectivos Iniciais”, ou seja, antes da nomeação efectiva ocorrida pela Portaria n.º 819/80, de 13 de Outubro. Por consulta ao Boletim da SPC n.º 38, de Abril/Junho de 1975 (p. 30), constatámos que a Comissão foi nomeada em Novembro de 1974 e oficializada por despacho do Secretário de Estado do Orçamento de 27 de Fevereiro de 1958, publicado na folha oficial. Esta Comissão era composta por representantes de diversas entidades, como, por exemplo, a Câmara dos ROC, a Associação Portuguesa de Contabilistas (actualmente APPC) e os ISCA’s, pelo que podemos inferir que foi o primeiro grupo de profissionais, oficialmente nomeado, para estudo da normalização contabilística em Portugal, i.e., foi o embrião da CNC.

<sup>41</sup> O Boletim da SPC n.º 52, de Janeiro/Março de 1980, refere-se à nomeação em Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 1980 do Dr. António Fernando Caldeira de Paula Santos, em substituição de David Duarte Lopes, o que não consta da referida informação da CNC.

<sup>42</sup> No mesmo documento mencionado no item anterior é referida a data de 4 de Outubro de 1993.

<sup>43</sup> A Portaria n.º 819/80, de 13 de Outubro, atrás referida.

*feitura do diploma, e a grave omissão da S.P.C. do grupo de instituições de ensino e científicas.*

*Esta atitude, mesmo por mera omissão, terá de merecer o nosso vivo protesto, pois não é fácil apagar da história da Contabilidade em Portugal os 35 anos de permanente actividade nacional e internacional da S.P.C., com um currículo, por enquanto, inultrapassável a nível de todas as associações contabilísticas portuguesas – muito embora o seu prestígio, saudavelmente evidenciado -, e que no caso concreto da normalização por ela luta desde 1958, tendo apresentado Planos próprios em 1960 e 1974.”,*

Depois de a Direcção da SPC ter efectuado uma exposição ao Ministro das Finanças, o lapso veio a ser corrigido pela Portaria n.º 345/81, de 20 de Abril, conforme transcrição no Boletim da SPC n.º 56, de Janeiro/Março de 1981 (p.12).

Refira-se ainda que o Decreto-Lei n.º 367/99, de 18 de Setembro, que procedeu à reestruturação da CNC, mantém o lugar da SPC no Conselho Geral (cf. art.º 6.º, n.º 1, al. d) do diploma).

Há cerca de dois anos, quando integrávamos a Comissão Executiva da CNC<sup>44</sup>, questionámos as razões pelas quais se mantinha o lugar da SPC, já que se encontrava inactiva na altura da publicação daquele diploma.

Foi aí que confirmámos a situação da SPC e interpretarmos que a manutenção do lugar se justificaria por razões históricas e na perspectiva da sua reactivação. Quanto às razões históricas, julgamos que este apontamento justifica tal situação. No que respeita à reactivação da SPC, esperamos que este trabalho constitua um desprezioso contributo para tal desiderato.

## 11 – O BOLETIM DA “SPC”

Como já referimos, um dos fins estatutários da SPC era o da publicação de um Boletim que se denominou “Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade”, de periodicidade



Fig. n.º 5 – Boletim da SPC N.º 1, de Outubro de 1954

<sup>44</sup> Em representação da Direcção da CTOC e em substituição provisória do Conselho Técnico da CTOC.

trimestral, inicialmente dirigido pelo Presidente da Direcção, Francisco Xavier Antunes<sup>45</sup>. O editorial do primeiro número, datado de Outubro de 1954 (FIGURA N.º 5), assinado pelo primeiro editor, Hernâni de Barros Bernardo, contém o texto referido no APÊNDICE N.º 4<sup>46</sup>.

No APÊNDICE N.º 5, em anexo, apresentamos um quadro-resumo da “História do Boletim da SPC”, do qual se podem extrair as seguintes conclusões:

- a) Houve quatro Directores;
- b) A periodicidade (inicialmente trimestral) foi algo irregular;
- c) Entre os n.ºs 29 e 30 registou-se uma interrupção de mais de sete anos;
- d) O último número (65) data de Outubro/Dezembro de 1984.

No Boletim da SPC n.º 26-28, de Dezembro de 1962 (p. 7), refere-se às dificuldades da SPC para a publicação do Boletim, traduzidas na seguinte frase:

*“De ora em diante, mas temporariamente, o Boletim deixará de aparecer trimestralmente – a sua publicação far-se-á, provisoriamente, com referência aos meses de Junho e Dezembro de cada ano ...”.*

Com o Boletim da SPC n.º 30, de Abril/Junho de 1973, alterou-se o aspecto gráfico (FIGURA N.º 6).

Finalmente, refira-se que, pela leitura do último Boletim da SPC n.º 65, de Outubro/Dezembro de 1984, não se constata qualquer indicação directa sobre a intenção de suspender a publicação, o que veio a acontecer.

Com efeito, no editorial intitulado “Ainda a Adesão de Portugal à C.E.E.”, o último Director do Boletim, Fernando da Conceição Lopes, apresenta o seguinte desabafo:

*“Pelo contrário, se em vez de criarmos uma vontade firme para vencer os momentos que se avizinham, vontade que frutifique a nossa união,*



Fig. n.º 6 – Boletim da SPC n.º 30, de Abril/Junho de 1973

<sup>45</sup> A RCC n.º 88, de Out/Dez de 1954 (p. 505) refere-se ao lançamento do Boletim.

<sup>46</sup> Transcrevemo-lo na íntegra, dado que ressalta os aspectos mais importantes da conjuntura contabilística da altura.

*continuarmos, como dantes, a fomentar a divisão, estaremos na realidade a entregar todos os trunfos à parte contrária.”.*

Note-se ainda que o último estudo do Boletim, elaborado por aquele director, intitula-se “Subsídios para a História da Sociedade Portuguesa de Contabilidade” (pp. 16-20), que podemos considerar como um factor indiciador daquela intenção.

## **12 – PUBLICAÇÃO DE LIVROS E BROCHURAS**

A SPC patrocinou a publicação de alguns livros e brochuras dos quais destacamos alguns do APÊNDICE N.º 6<sup>47</sup>:

A SPC também promoveu a publicação, em brochura, de alguns dos relatórios e contas<sup>48</sup>.

Salientamos a importância da cooperação estabelecida com a Revista de Contabilidade e Comércio através da publicação das referidas separatas, a que nos referiremos no item 15 deste trabalho.

## **13 – A BIBLIOTECA DA “SPC”**

De acordo com depoimento do ex-dirigente, Dr. António José Alves da Silva, em carta que nos dirigiu em resposta a uma carta que lhe enviámos: “*A biblioteca da SPC pode ser considerada a “Torre do Tombo” da Contabilidade em Portugal.*”.

Sem dúvida que este facto é elucidativo da importância de tal espólio bibliotecário, o que reforça a nossa preocupação evidente neste trabalho.

Isto mesmo constatámos também pela leitura dos referidos Boletins da SPC, nos quais aparecem referências a revistas, jornais e livros que foram recepcionados na biblioteca da SPC.

O Boletim da SPC n.º 25, de Outubro de 1960 (p. 221), notícia que a biblioteca da SPC foi reorganizada, procedendo-se à numeração e registo de todos os livros existentes que, na altura, atingiam cerca de três centenas.

De acordo com veredicto daquele ex-dirigente da SPC, a biblioteca foi organizada pelo sócio da SPC, Nicolau Fonseca, que constituiu um catálogo (o n.º 1 é

---

<sup>47</sup> Ordenados por ordem cronológica. Este destaque resulta, quase exclusivamente, do facto de possuímos algumas dessas publicações na nossa biblioteca.

<sup>48</sup> Na nossa biblioteca dispomos dos relatórios dos exercícios de 1949, 1951, 1952 e 1957.

datado de Dezembro de 1960) do qual nos foram facultadas fotocópias pelo Dr. Alves da Silva e consta a seguinte referência:

*“A biblioteca é constituída por 300 livros, nacionais e estrangeiros, versando Contabilidade, Economia, Direito, Estatística, Geografia e outros assuntos; 70 publicações periódicas nacionais e estrangeiras, num total de milhares exemplares; relatórios anuais de Associações, Bancos, Companhias, Sindicatos e outras actividades; cadernos de congressos, separatas, publicações da U.E.C, estatutos e regulamentos.”*

Na mesma carta, o Dr. Alves da Silva informa que a família do Professor Gonçalves da Silva, com a influência do Prof. Rogério Fernandes Ferreira e do Prof. Guilherme Rosa, ofereceu muitos livros à SPC.

Entretanto, o Prof. Doutor Rogério Fernandes Ferreira deu-nos conhecimento de uma carta (n.º 1920/81, de 31 de Março) da SPC, assinada pelo Presidente da Direcção de então, o Dr. Alves da Silva, na qual a Direcção da SPC agradece ao Prof. Doutor Fernando Vieira Gonçalves da Silva a doação dos livros.

Tendo em conta tais testemunhos, sentimos a necessidade de apelar aos ex-dirigentes, com especial destaque para os que compuseram os últimos Corpos Gerentes, que ponham a biblioteca à disposição da investigação da ciência contabilística, da forma julgada mais conveniente.

Uma biblioteca parada ou “morta” não cumpre as suas finalidades por não favorecer, neste caso, o desenvolvimento da Ciência Contabilística.

No momento presente, talvez mais importante que a revitalização da SPC que, como mais à frente comentaremos, se tornará difícil, tendo em conta os seus objectivos e fins estatutários, julgamos imperativo “ressuscitar” a biblioteca da SPC.

Nos contactos pessoais que efectuámos, obtivemos a informação de que três colegas TOC<sup>49</sup> visitaram, há cerca de cinco anos, as instalações da sede da SPC e verificaram que não existia qualquer biblioteca. Esperamos que os ex-dirigentes, especialmente o último Presidente da Direcção, Dr. Ruy de Carvalho, prestem os devidos esclarecimentos.

---

<sup>49</sup> Não referimos os seus nomes porque não obtivemos autorização para os divulgar.

Refira-se a propósito que, por exemplo, este trabalho seria, certamente de melhor e mais fácil elaboração se pudessemos ter acesso à biblioteca da SPC.

## 14 – O LÉXICO PORTUGUÊS DE CONTABILIDADE

Considerando que o uso do português na Contabilidade é uma questão recorrente e actual<sup>50</sup>, salientamos daqueles livros e brochuras o “LÉXICO PORTUGUÊS DE CONTABILIDADE” (FIGURA N.º 7), de António Tomé de Brito, Professor do Ensino Técnico, Perito Contabilista do I.C.L. e primeiro Presidente da Direcção da SPC (ver APÊNDICE N.º 1), do qual transcrevemos parte do Capítulo “I – Considerações Gerais”:

*“O mau português principia a sê-lo, desde que mareia a pureza da sua língua”.*

*A frase que acabamos de recordar, no início deste nosso modesto estudo, é do grande mestre da língua portuguesa que foi Camilo Castelo Branco e, apesar de ter sido escrita há 103 anos, a verdade do seu conceito é cada vez maior, e a necessidade de ser recordada torna-se premente.*

*.../...*

*É confrangedor ler em certos livros chamados técnicos, por vezes até da autoria de professores ou de engenheiros, frases em que se utilizam termos sem sentido ou inexistentes em português. Julgamos que já é excessiva a quantidade de barbarismos que todos os dias se lêem, ou que entram em nossas casas sob a forma subtil de várias frequências mais ou menos moduladas.*

*.../...*



Fig. n.º 7 – O Léxico Português da Contabilidade

<sup>50</sup> Sobre a vulgaridade do uso da palavra “Contabilidade” em órgãos de comunicação social, elaborámos um artigo de opinião intitulado “A Contabilidade e o Jornalismo”, publicado no Semanário Económico n.º 710, de Agosto de 2000. Mais recentemente, o Prof. Doutor Carlos Alberto Baptista da Costa, no editorial da Revista de Contabilidade e Finanças, n.º 31, de Julho/Setembro de 2003, também sublinha esta questão sob o título “A Contabilidade e a Língua Portuguesa”.

*Não podemos deixar de referir que o Sr. Dr. José Pedro Machado, cuja obra de valorização da língua portuguesa é verdadeiramente notável, publicou no Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa, um artigo em que classificava de “notabilíssima obra” o Léxico da “U.E.C.”, e quanto à parte portuguesa dizia... “tenho de aludir à parte que mais directamente nos toca, à maneira excelente como estão redigidos os textos em português.”<sup>51</sup>.*

Em alguns números do Boletim aparecem referências ao Léxico, tendo a brochura surgido dos trabalhos desenvolvidos pela SPC na Secção de Lexicologia da UEC, cuja primeira edição foi publicada em 1961<sup>52</sup>.

### **15 - A “SPC” NA “REVISTA DE CONTABILIDADE E COMÉRCIO”**

Como já referimos, a Revista de Contabilidade e Comércio (RCC)<sup>53</sup> deu um importante apoio à divulgação da SPC, a que não é alheia a circunstância de o então director da RCC, José Henriques Garcia, ser também, na mesma altura, o Vice-Presidente da Assembleia Geral da SPC (ver APÊNDICE N.º 1).

A RCC n.º 50, de Abril/Junho de 1945 (pp. 189-91) faz referência, pela primeira vez, à SPC, como se transcreve:

*“Está em organização em Lisboa uma associação cultural que se denominará: “Sociedade Portuguesa de Contabilidade”: Esta associação não só terá por fim contribuir para o aperfeiçoamento da organização e progresso da Contabilidade como também estudar a sua aplicação aos problemas relacionados com a ciência das contas.”*

Nessa notícia são referidas as diligências para a constituição de uma comissão para a constituição da SPC e à discussão dos estatutos.

---

<sup>51</sup> Em nota de rodapé n.º 1 consta o seguinte texto:

*“Nota de R.: - Este artigo, pelo seu interesse, foi oportunamente reproduzido no n.º 138 da Revista de Contabilidade e Comércio, pp. 197 a 202”.*

<sup>52</sup> De acordo com artigo de opinião de Ernesto Fernandes Venâncio, intitulado “O Léxico da U.E.C. e a Comissão Portuguesa”, publicado no Boletim n.º 30, de Abril/Junho de 1973 (pp. 22-3).

<sup>53</sup> A revista completou, em 2003, 70 anos de actividade, o que nos motivou para a elaboração de um estudo intitulado “70.º Aniversário (1933 - 2003) da Revista de Contabilidade e Comércio”, publicado na Revista TOC n.º 44, de Novembro de 2003.

Nos anos seguintes e em diversas revistas foram publicadas comunicações de conferências promovidas pela SPC, com destaque para o I e II Ciclos de Estudos, realizados em Junho de 1946 e Novembro de 1947, respectivamente.

A RCC divulgou, sob o título “Vida Associativa”, diversas actividades da SPC, especialmente conferências, palestras e congressos.

Apesar do Boletim da SPC ter sido publicado a partir de 1954, a RCC continuou a efectuar diversas referências às actividades da SPC.

Aquando das comemorações dos 25 anos (bodas de prata) da RCC, a SPC ofereceu à RCC, em reconhecimento, uma placa de prata<sup>54</sup>.

A última referência na RCC à SPC foi efectuada no n.º 207, de Setembro de 1995 (pp. 339-354) na qual foram republicados os Estatutos. Porém, no que se refere concretamente à actividade da SPC, a última referência consta da RCC n.º 174/75, de Março/Junho de 1980, relativa as reuniões internacionais organizadas pela SPC.

Neste contexto, no APÊNDICE N.º 7, descrevemos algumas referências às actividades da SPC, das quais destacamos a publicação dos Estatutos, de algumas comunicações apresentadas em Congressos (distribuídas também sob a forma de separata à revista) e o primeiro relatório de actividades da SPC a que já atrás fizemos referência.

## **16 – A “SPC” – MEMBRO FUNDADOR DA EX-“UEC” (ACTUAL “FEE”) E REPRESENTATIVIDADE EM CONGRESSOS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**

A UEC – Union Européene des Experts Comptables, Économiques et Financiers<sup>55</sup> foi constituída em Paris em 17 de Novembro de 1951, mas a ideia da sua constituição surgiu três anos antes num Congresso Internacional de Contabilidade.

Estes factos constam do Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal da Gerência de 1951, como transcrevemos:

---

<sup>54</sup> Noticiado na RCC n.º 101 de Janeiro/Março de 1958 (pp. 129-30). A placa tem o seguinte texto: “*À Revista de Contabilidade e Comércio e a José Henriques Garcia no Aniversário da sua publicação. Homenagem da Sociedade Portuguesa de Contabilidade – 1957*”.

<sup>55</sup> A UEC deu origem à FEE - Fédération des Experts Comptables Européens, que se mantém em actividade, e o actual representante de Portugal é a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

*“No Congresso Internacional de Contabilidade, realizado em Maio de 1948, em Paris, foi esboçada a criação de um Instituto Internacional de Contabilidade.*

*Por intermédio dos nossos colegas franceses fomos postos ao corrente do seguimento dos trabalhos preliminares de organização, tendo sido a nossa Sociedade convidada para um colóquio realizado em Basileia, de 15 a 18 de Março de 1951.*

*Nesta reunião, a que não pudemos assistir, demos contudo a nossa adesão, em princípio, à constituição do Instituto Europeu de Contabilidade, tendo sido aprovada a inscrição da nossa Sociedade como membro fundador do Instituto em organização.*

*Na mesma reunião ficou resolvido realizar-se a Assembleia Constitutiva do Instituto, em Paris, nos dias 16 e 17 de Novembro de 1951, estudando-se e discutindo-se até esta data o projecto dos Estatutos apresentados pela Delegação francesa.”*

Assim, como se sublinha naquele mesmo documento<sup>56</sup>, a SPC foi um dos fundadores e a primeira associação representante de Portugal na UEC:

*“Distribuídas pelos dez membros fundadores da U.E.C. (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Suíça) as Comissões de Estudos dos vários assuntos contabilísticos, foi confiada à nossa Sociedade a presidência e orientação geral da Comissão de Estudos Históricos da Contabilidade.”*

Ainda sobre a representatividade da SPC na UEC, destacamos a frase de Hernâni O. Carqueja, actual Director da Revista de Contabilidade e Comércio, em estudo publicado no Jornal do Técnico de Contas e da Empresa n.º 445, de Novembro de 2002:

*“Os contabilistas portugueses devem a esta associação a representação e visibilidade em reuniões e associações internacionais, em que mereceu*

---

<sup>56</sup> Refira-se que, muito mais tarde, em 13 de Dezembro de 1985, a Câmara (actual “Ordem”) dos Revisores Oficiais de Contas foi admitida como membro da UEC, em assembleia realizada em Marbella Espanha (cf. Boletim da CROC n.º 1, de Janeiro a Abril de 1986).

*destaque a UEC – Union Européenne des Experts Comptables, Economiques e Financiers”.*

A mesma importância é sublinhada por Baptista da Costa e Correia Alves<sup>57</sup> ao referirem:

*“A Sociedade Portuguesa de Contabilidade...foi um dos fundadores da UEC..., organismo já extinto e que deu origem à FEE”.*

A provar a participação da SPC nos organismos internacionais de contabilidade, destacamos a brochura elaborada aquando do 6.º Congresso Internacional de Contabilidade<sup>58</sup>, realizado em Londres em Junho de 1952, referente ao relatório apresentado pelo delegado da SPC, António Coelho d’Aça Castel-Branco (FIGURA N.º 8).

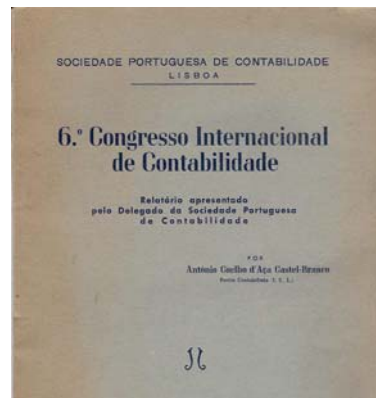


Fig. n.º 8 – 6.º Congresso Internacional de Contabilidade

Pela nossa leitura dos relatórios de actividades e contas dos anos de 1951, 1952 e 1953, constatámos que a SPC foi convidada para participar e apresentar trabalhos em diversos outros congressos internacionais, nomeadamente o 1.º Congresso da UEC, realizado em Itália (Florença e Roma), de 5 a 10 de Outubro de 1953.

De acordo com o Relatório e Contas de 1974, a Direcção propôs, nos termos do art.º 27.º, n.º 6, dos Estatutos<sup>59</sup>, a inscrição da SPC como membro do IASC – International Accounting Standards Committee<sup>60</sup>.

A representação internacional da SPC não se cingiu, como é óbvio, à UEC, pois a SPC era convidada para as diversas realizações internacionais de contabilidade, fazendo-se representar por dirigentes. Este facto é salientado, por exemplo, no editorial do Boletim da SPC n.º 54, de Junho/Setembro de 1980, sob o título “A Vocação Internacional da Sociedade Portuguesa de Contabilidade”, assinado pelo então Director, Fernando da Conceição Lopes.

<sup>57</sup> BAPTISTA DA COSTA, Carlos e CORREIA ALVES, Gabriel “Contabilidade Financeira”, Ed. Rei dos Livros. 4.ª Edição, Lisboa, 2001 (p. 61).

<sup>58</sup> Esta brochura também foi publicada na RCC n.ºs 82 (Abril/Junho de 1953), 83 (Julho/Set. de 1953) e 84 (Outubro/Dez. de 1953).

<sup>59</sup> Os Estatutos que possuímos (ver FIGURA N.º 1) foram editados em 1953 e não contêm esta disposição estatutária.

<sup>60</sup> Desconhecemos se esta inscrição chegou a concretizar-se.

## 17 – OUTRAS ACTIVIDADES (ALGUMAS) DA “SPC”

De acordo com os preceitos estatutários atrás referidos, a SPC desenvolveu diversas actividades, algumas das quais destacamos no APÊNDICE N.º 8.

Dessas actividades evidenciamos as comemorações do 2.º Centenário da “Aula do Comércio” e respectiva homenagem ao Marquês de Pombal, bem como a homenagem ao Prof. Doutor Jaime Lopes Amorim por altura da sua última lição, em 14 de Janeiro de 1961.

O primeiro relatório de actividades (não sob a forma de Relatório e Contas) foi publicado na RCC n.ºs 54 e 55, Ano XIV, de Abril/Setembro de 1946 (pp. 261-4), no qual é destacado o esforço de organização dos serviços administrativos, a sede<sup>61</sup>, a realização de um ciclo de palestras, a criação de uma secção de consultas técnicas, o estudo da criação do Boletim, a realização da II Semana do Contabilista, e o parecer sobre a reforma do ensino técnico.

Dessas actividades destacamos a última referida, em que a SPC elaborou um Memorial entregue à então Câmara Cooperativa sobre uma proposta governamental de reforma do ensino técnico profissional. Aqui, a SPC preconizava a organização do ensino em três graus: profissional, complementar e superior, sendo este último prestado pelos Institutos Superiores de Contabilidade, destinados a formar contabilistas, e pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), destinado a formar comercialistas.

Nessa proposta, a SPC defendia, a nível de ensino superior, além do ISCEF, a criação de dois Institutos Superiores de Contabilidade (um em Lisboa e outro no Porto)<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> De acordo com informação aí expressa, a primeira sede localizou-se em espaço cedido nas instalações do ICL. No Boletim da SPC n.º 7, de Abril de 1956, é referido que, a partir de Junho de 1956, a sede definitiva passou para a Rua Barata Salgueiro, n.º 1-2.º, Lisboa, local onde ainda hoje se mantém. Nós próprios, em recente deslocação a Lisboa, constatámos a existência de uma placa identificativa no exterior do edifício.

<sup>62</sup> Sobre as condições de acesso aos três graus de ensino e alguma estrutura curricular, consultar a RCC em referência. O mesmo n.º de revista (pp. 265-74) contém uma exposição ao Ministro da Educação Nacional de uma Comissão eleita pela Assembleia Magna da Associação do ICL, sob o título “A Propósito da Reforma do Ensino Técnico”.

De uma forma geral os Relatórios de Actividades e Contas eram publicados no Boletim da SPC (até à sua extinção) e ou em brochuras independentes (ver, por exemplo, a FIGURA n.º 4).

## **18 – A “SPC” E AS OUTRAS ASSOCIAÇÕES**

No Capítulo 8 deste estudo já nos referimos à contribuição da SPC para a divulgação da actividade da Câmara dos ROC.

Efectivamente, a SPC tomou a iniciativa de promover contactos com as Associações que entretanto foram sendo constituídas, tendo a Direcção de 1978/79 apresentado uma proposta, aprovada por unanimidade, para a constituição de uma “Convenção das Associações de Contabilistas”, com objectivos de investigação, criação de planos a nível nacional e coordenação da actividade internacional no campo da Contabilidade.

A primeira reunião da Convenção realizou-se na sede da SPC com os delegados das Associações que aderiram, que foram os seguintes:

- Associação Portuguesa de Contabilistas (actualmente a APPC – Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas);
- Associação Portuguesa de Técnicos de Contas (actualmente a APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade);
- Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (actualmente a OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas);
- Câmara dos Técnicos de Contas (actualmente o IATOC – Instituto de Apoio aos Técnicos Oficiais de Contas)
- Sindicato dos Contabilistas.

O Boletim da SPC n.º 50/51<sup>63</sup> sublinha que se realizaram, com regularidade, algumas reuniões e refere-se à apresentação de um texto do projecto da Convenção que iria ser publicada no Boletim.

---

<sup>63</sup> As referências deste capítulo foram extraídas da notícia incluída no Boletim n.º 50/51, de Julho/Setembro e Outubro/Dezembro de 1979 (p. 30)

Em editorial do BI da SPC n.º 57, de Abril/Junho de 1981, sob o título “Em Prol da Continuação da Convenção Contabilística Nacional”, o Director, Fernando da Conceição Lopes, destaca as reuniões e as actividades das cinco Associações, mas não deixa de interrogar-se: “Será possível, ante factos tão concretos, regressar ao individualismo?”.

Mais tarde, aquele dirigente, em editorial do Boletim da SPC n.º 59, de Outubro/Dezembro de 1981, sob o título “Convenção Contabilística Nacional ou Fusão Associativa – Um Encontro com a Realidade que Convém Repensar”, expõe a sua preocupação:

*“Grande passo foi dado para a resolução de um problema crucial no nosso país: a dispersão associativa que desde sempre praticámos mas que teimamos em não compreender, já que os triunfos dados aos outros são a nossa própria derrota.”.*

Pela leitura dos restantes Boletins publicados até ao último (n.º 65 de Outubro/Dezembro de 1984), não verificámos quaisquer outras referências à Convenção, pelo que não descortinamos quaisquer outras actividades/reuniões após 1985.

O que não deixa de ser curioso é que das Associações de Profissionais que constituíram a convenção apenas a SPC está inactiva<sup>64</sup>. Ou seja, a Associação que promoveu a Convenção e tentou a união dos profissionais acabou por ser vítima do “sistema”.

## **19 – SITUAÇÃO ACTUAL E FUTURO DA “SPC”**

No intuito da verificação da situação actual da SPC, para além dos factos mencionados nos itens anteriores, contactámos, como já referimos, alguns colegas, por escrito e ou pessoalmente, dos quais destacamos os Prof. Rogério Fernandes Ferreira e Hernâni Carqueja e os Drs. Ruy de Carvalho e Alves da Silva.

Desses contactos, obtivemos alguns esclarecimentos escritos do Dr. Alves da Silva, já referidos, que publicamente agradecemos.

---

<sup>64</sup> Dado que a então CTOC (actualmente IATOC) cedeu o nome à actual CTOC, constatamos que, também, o IATOC não tem actividade que seja visível.

Fomos assim informados de que, efectivamente, a SPC está inactiva há alguns anos (não nos precisaram o ano).

De acordo com informação do Dr. Alves da Silva, os últimos corpos sociais eleitos a partir de 1983, supostamente para o biénio de 1983/84, foram os constantes no quadro (APÊNDICE N.º 9). Porém, considerando que a RCC n.º 207, de Setembro de 1995 refere-se a uma assembleia geral extraordinária ocorrida em 29 de Janeiro de 1988 para alteração dos estatutos da SPC<sup>65</sup> é natural que os mesmos corpos sociais se tenham mantido até, pelo menos, essa data.

Mais soubemos que as chaves das instalações estão na posse do Dr. Ruy de Carvalho<sup>66</sup> e que, o “espólio”, nomeadamente o bibliotecário, deve manter-se na sede, sita na Rua Barata Salgueiro, n.º 1, - 2.º Lisboa<sup>67</sup>.

É óbvio que o panorama associativo de hoje é muito diferente do da altura da constituição da SPC, pois há um conjunto de Associações que representam os profissionais de Contabilidade e de Revisão/Auditoria, a Câmara dos TOC e a Ordem dos ROC<sup>68</sup>, respectivamente.

Ora, esta realidade associativa limita o possível papel de intervenção da SPC, pois os seus objectivos e fins estatutários estão, de uma forma geral, a ser preenchidos por tais Associações, como é o caso das representações internacionais, em que nomeadamente a CNC e a Ordem dos ROC têm desenvolvido essas acções. Em todo o caso, somos de opinião de que as referidas razões históricas determinam um certo espaço de manobra em prol da revitalização da SPC.

O futuro da SPC dependerá, assim, dos dirigentes históricos, designadamente dos que compuseram os últimos órgãos associativos, alguns dos quais referenciados neste texto.

---

<sup>65</sup> Ver referência no rodapé n.º 15 deste trabalho.

<sup>66</sup> De acordo com informações deste colega é ele próprio que, ainda hoje, paga a renda.

<sup>67</sup> Ver referência mais pormenorizada a este facto no capítulo 13 deste trabalho.

<sup>68</sup> Paralelamente, existem outras associações de natureza privada, das quais destacamos a APOTEC – Associação Portuguesa dos Técnicos de Contabilidade, a APPC – Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas, a APECA - Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade, e o IATOC – Instituto de Apoio aos Técnicos de Contas. Já em 2003, foi constituída também a Associação dos ISCA’s.

No contexto presente, além da possibilidade de “ressurreição”<sup>69</sup>, apontam-se mais duas hipóteses: a manutenção do “status quo” existente e ou a sua extinção jurídica.

A última das hipóteses levanta o referido problema do destino do património, nomeadamente o bibliotecário, que os últimos ex-dirigentes poderão (deverão) resolver através da convocação de uma assembleia geral.

Pensamos, todavia, que tal património poderia ser doado a uma das instituições que actualmente representam os profissionais da contabilidade e da auditoria, a CTOC e a OROC, respectivamente.

Naturalmente, e tendo em conta que a SPC surgiu da iniciativa dos ex-alunos e professores do ICL, parece-nos, ainda, sem ferir susceptibilidades, que o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) deveria também ter uma palavra a dizer.

Seja qual for a solução, julgamos que tal património histórico deveria estar devidamente identificado com a SPC, exigindo-se que a biblioteca da associação a que o mesmo for oferecido se designe “Biblioteca Sociedade Portuguesa de Contabilidade”.

Finalmente, não nos deixamos de nos interrogar: Porque é que a SPC chegou a esta situação?

## **20 – CONCLUSÕES**

A SPC parece-nos ter sido a pioneira, em Portugal, do associativismo profissional em Contabilidade, tendo contribuído, no século passado, para o desenvolvimento e reconhecimento da Contabilidade em Portugal e no estrangeiro.

Através de contactos pessoais mantidos com ex-dirigentes, constatámos que existe um certo “mal estar” pela situação actual da SPC, como se poderá comprovar pelos comentários transmitidos no capítulo introdutório deste trabalho.

Encontrando-se inactiva há já alguns anos, julgamos que a SPC foi ultrapassada pelo desenvolvimento do associativismo profissional, designadamente a nível dos técnicos de contas e dos revisores oficiais de contas.

---

<sup>69</sup> É óbvio que a SPC apenas está morta em termos de actividade, pois permanece viva na mente das pessoas que a dirigiram e dos, ainda, associados.

Reconhecendo que os objectivos e fins estatutários da SPC estão a ser quase completamente preenchidos pelas associações de profissionais actualmente existentes e pela força legal e institucional de representatividade da CNC, pensamos que a eventual “ressurreição” da SPC deverá ser devidamente ponderada e reposicionada. Esta solução seria a que melhor homenagearia os seus fundadores e ex-dirigentes.

A manutenção da actual situação, além do referido “mal estar”, não dignifica em nada esses ex-dirigentes e o importante papel histórico da SPC. Porém, e sendo, de certa forma, contraditório, até reconhecemos que poderá ser uma solução que, em alternativa à sua extinção, mantém viva alguma da sua chama, possibilitando, por exemplo, que algumas pessoas, como é o nosso caso, se vão lembrando da SPC.

A alternativa da extinção passa, indubitavelmente, pela convocação de uma assembleia geral, definindo-se, nomeadamente, o destino do património associativo.

Julgamos, aliás, que qualquer uma das soluções apontadas (“ressurreição”, ou manutenção ou extinção) deveria passar pela convocação de uma assembleia geral.

Independentemente da solução a adoptar, o que nos parece inequívoco é que todos os ex-sócios e ex-dirigentes (e não só “A”, “B” ou “C”) são mais ou menos responsáveis pela situação a que chegou a SPC, pelo que ainda estão a tempo de a remediar.

Em reforço do que já referimos, parece-nos inadmissível que o espólio bibliotecário esteja parado e não ao serviço da investigação da Ciência Contabilística, afinal um dos principais objectivos dos fundadores da SPC. Dispondo dele, a qualidade deste estudo poderia ser bastante melhor.

Este trabalho, como qualquer outro que incida sobre a História da Contabilidade, está, necessariamente, incompleto e baseou-se nas fontes mencionadas, pelo que esperamos revê-lo no futuro. Aguardamos, para o efeito, os contributos dos leitores, especialmente o daqueles que tiveram uma intervenção directa na SPC, como sócios e ex-dirigentes. Além disso, temos consciência de que o estudo poderá suscitar alguma polémica ou crítica que, desde já, agradecemos e aceitamos, em prol do desejável aperfeiçoamento.

Lamentamos que o último Presidente da Direcção, Dr. Ruy de Carvalho, não nos tenha fornecido as informações que lhe solicitámos e que poderiam contribuir para a clarificação de algumas dúvidas descritas neste trabalho. Esperamos, porém, que o colega venha a dar o seu contributo no futuro.

Esperamos que da discussão nasça a luz e que a SPC, os seus fundadores e ex-dirigentes sejam homenageados e dignificados.

Finalmente, estamos na expectativa de ter conseguido dar um singelo contributo para um melhor conhecimento do papel da SPC no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal e da profissão de contabilista/técnico de contas.

## BIBLIOGRAFIA

- ADCES - ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE CONTABILIDADE DO ENSINO SUPERIOR, Boletim Informativo “CONTABILIDADE E PROFESSORES”, do n.º 1, de Janeiro/Março de 1999 ao n.º 16, de Outubro/Dezembro de 2002.
- ALVES DA SILVA, António José, “cartas pessoais que nos remeteu sob nosso pedido”.
  - “A Normalização Contabilística Internacional – Algumas Notas sobre as Normas Consagradas em Portugal e Noutros Países”, Boletim da SPC n.º 43, de Abril/Junho de 1977.
  - “A Normalização Contabilística em Portugal”, Boletim da SPC n.º 49, de Janeiro/Março de 1979.
- APECA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS DE CONTABILIDADE, AUDITORIA E ADMINISTRAÇÃO, “BOLETIM APECA”, do n.º 1, de Outubro de 1988 ao n.º 115, Novembro de 2003;
- APOTEC - Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, “JORNAL DE CONTABILIDADE”, do n.º 1, de Abril de 1977 ao n.º 321, de Dezembro de 2003.
- APPC - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PERITOS CONTABILISTAS, “REVISTA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS”, I Série (Do n.º 1, de Outubro/Dezembro de 1978 ao n.º 31/32, de Maio/Junho de 1984) e II Série (Do n.º 1, de Janeiro/Março de 1996 ao n.º 34, de Abril a Junho de 2004).
- BAPTISTA DA COSTA, Carlos e CORREIA ALVES, Gabriel “Contabilidade Financeira”, Ed. Rei dos Livros. 4.ª Edição, Lisboa, 2001.
- BATISTA DE OLIVEIRA, Eduardo Maria, “Contabilidade Mineira”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1950.
- BRITO, Octávio de, “N.º 24 – Problemas de Administração de Empresas Industriais”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1951.
- CARQUEJA, Hernâni O., “Ricardo José de Sá (Nota Biográfica), Revista “Revisores & Empresas” n.º 16, de Janeiro/Março de 2002.

- CASTELO BRANCO, Fernando de Lacerda, “Fraudes em Contabilidade”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1954.
- CROC - CÂMARA DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, “BOLETIM DA CÂMARA DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS”, I Série (do n.º 1, de Janeiro/Abril de 1986 ao n.º 9, de Setembro/Dezembro de 1988) e II Série (do n.º 1, de Outubro/Dezembro de 1994 ao n.º 13, de Outubro/Dezembro de 1997).
- CRUZ VIDAL, Caetano Léglise, “Ensaio sobre um Planeamento Contabilístico Racional”, tese de Doutoramento em Finanças pela Universidade Técnica de Lisboa, Ed. Tipografia União Gráfica, Lisboa, 1955.
- CTOC – CÂMARA DOS TÉCNICOS DE CONTAS, Revista “TOC” do n.º 1, de Abril de 2000 ao n.º 45, de Dezembro de 2003.
- D’AÇA CASTEL-BRANCO, António Coelho, “6.º Congresso Internacional de Contabilidade – Relatório da SPC”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1953.
- DÓRIA, A. Álvaro, “Ricardo de Sá em Defesa dos Guarda-Livros”, Revista de Contabilidade e Comércio n.º 159, Vol. XL, 1973.
- EDICONTA – EDITORA DA REVISTA DE CONTABILIDADE, LDA, “REVISTA DE CONTABILIDADE E COMÉRCIO” do n.º 1, de Junho/Março de 1933 ao n.º 234/235 de Junho de 2003.
- FELISMINO, Aureliano, “Algumas Divagações e um Objectivo”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1953.
- FRAGOSO, Carlos, “A Contabilidade Industrial e os Custos «Standard»”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1948.
- LOPES AMORIM, Jaime, “N.º 23 – Metodologia Geral da Contabilidade”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1951.
- MOURÃO, Luis, “Conceitos Novos sobre Coisas Velhas em Contabilidade”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1948.

- NUNO DOS SANTOS, José, “A Actividade Fiscal em Face do Contabilista”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1950.
- OROC - ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Revista “REVISORES & EMPRESAS” do n.º 1, de Abril/Junho de 1998 ao n.º 23, de Outubro/Dezembro de 2003.
- POLYBIO GARCIA, “A Unificação dos Balanços”, tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras, apresentada na Universidade Técnica de Lisboa, Ed. Tipografia Minera de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, V. N. de Famalicão, 1935.
- PROTOCONTAS, Revista “EUROCONTAS” do n.º 0, Junho de 1994 ao n.º 62, de Novembro de 2000.
- SÁ, Ricardo José de, “Verificações e Exames de Escripta”, Ed. Livraria Ferin, Lisboa, 1912.
- SILVA GONÇALVES, Júlio César da, “A Avaliação dos Valores em Garantia de Reservas das Instituições Seguradoras”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1950.
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE CONTABILIDADE, Estatutos da Sociedade Portuguesa de Contabilidade, Ed. da SPC, Lisboa, 1953.
  - “Vantagens para a Contabilidade da Regulamentação Profissional dos Técnicos de Contas”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1953.
  - Relatórios e Contas dos anos de 1949, 1951, 1952 e 1957.
  - “BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CONTABILIDADE”, do n.º 1, de Outubro de 1954 ao n.º 65, de Outubro/Dezembro de 1984.
- SOUSA CARVALHO, Manuel de, “Amortizações – Seu Aspecto Contabilístico e Financeiro”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1952.
- TOMÉ DE BRITO, António, “O Léxico Português de Contabilidade”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1968.

- TRAVASSOS, Joaquim e SANTOS, Lopes Mendonça, “N.º 22 – Três Pontos da Contabilidade de Seguros”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1951.
- XAVIER ANTUNES, Francisco, “Alguns Aspectos de Transmissão e Amortização de Quotas e sua Repercussão no Balanço das Sociedades de Responsabilidade Limitada”, Ed. Sociedade Portuguesa de Contabilidade, 1948.

**APÊNDICE N.º 1 – PRIMEIROS CORPOS GERENTES DA “SPC”**

<b>Órgão Social</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>
Assembleia Geral	Presidente Vice-Presidente 1.º Secretário 2.º Secretário	António Pedroso Pimenta José Henriques Garcia Amadeu de Sousa Macedo António de Almeida
Direcção	Presidente Vice-Presidente 1.º Secretário 2.º Secretário Tesoureiro Vogais	António Tomé de Brito Francisco Maria de Sousa e Castro Artur de Almeida Leandro António Coelho de Aça Castel’ Branco Alfredo Carlos Rodrigues Artur dos Santos Lourenço António Domingues Alberto Monteiro Luís Duarte Janeiro Edmundo Renato de Souto Martinot
Conselho Fiscal	Vogais  Suplentes	Francisco Xavier Antunes António Alexandre Pereira e Augusto Martins Moreira Aristides Aníbal de Campos Fragoso Luís Rosa Barros Pedro Maria Patrício da Conceição

## APÊNDICE N.º 2 - ASSOCIAÇÕES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA\*

ASSOCIAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	PUBLICAÇÕES E OBSERVAÇÕES
Sociedade Portuguesa de Contabilidade	28 de Janeiro de 1946	Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC), publicado desde o n.º 1 (Outubro de 1954) ao n.º 65 (Outubro/Dezembro de 1984); - Os últimos corpos gerentes foram eleitos para o biénio 1983/1984 - A SPC encontra-se inactiva (1988/89)
OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas	6 de Fevereiro de 1974	- Constituída pelo Dec. Lei n.º 1/72, de 3 de Janeiro. - Inicialmente designada de “Câmara dos Revisores Oficiais de Contas”, que foi criada pela Portaria n.º 83/74, de 6 de Fevereiro. - Passou a Ordem pelo DL. n.º 487/99, de 16 de Novembro, que aprovou o actual Estatuto. - Inicialmente publicou o “Boletim da CROC” I Série – Do n.º 1, de Janeiro/Abril de 1986 ao n.º 9, de Setembro/Dezembro de 1988 e II Série – Do n.º 1, de Outubro/Dezembro de 1994 ao n.º 13, de Outubro/Dezembro de 1997. - Actualmente, é publicada a revista “Revisores & Empresas” n.º 1 de Abril/Junho/98. Em actividade (último n.º 22, de Jul/Set de 2003). - <a href="http://www.oroc.pt">www.oroc.pt</a>
APPC – Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas	3 de Março de 1975	Inicialmente designada de Associação Portuguesa de Contabilistas. Publica a Revista de Contabilidade e Finanças: - I Série, n.º 1, de Outubro/Dezembro de 1978; - II Série, n.º 1, de Janeiro/Março de 1996. Em actividade (último n.º 34, de Abril/Junho de 2004). <a href="http://www.apc.pt">http://www.apc.pt</a>
APOTEC – Associação Portuguesa dos Técnicos de Contabilidade	16 de Março de 1977	Inicialmente designada de Associação Portuguesa do Técnico de Contas. Jornal de Contabilidade n.º 1, de Abril de 1997. Em actividade (último n.º 319, de Dezembro de 2003) Boletim do Centro de Estudos de História de Contabilidade n.º 1 de Julho de 1997. Em actividade (último n.º 22 de Outubro de 2003). <a href="http://www.apotec.pt">www.apotec.pt</a>
APECA – Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade, Auditoria e Administração	21 de Maio de 1988	Boletim APECA n.º 1, de Outubro de 1988. Em actividade (último n.º 112, de Janeiro de 2003). <a href="http://www.apeca.pt">www.apeca.pt</a>
IATOC – Instituto de Apoio aos Técnicos Oficiais de Contas		Ex-Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (cedeu o nome à actual CTOC). - Não tem qualquer publicação. - Encontra-se inactiva.
ADCES – Associação de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior	22 de Outubro de 1994	- Boletim Informativo n.º 1 de Janeiro/Março de 1999 ao n.º 16, de Outubro/Dezembro de 2002, cuja publicação está suspensa desde esta data. - Fomos o responsável redactorial pelos 16 números publicados. - <a href="http://www.adces.pt">www.adces.pt</a>
CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas	17 de Outubro de 1995	- Constituída pelo Dec. Lei n.º 265/95, de 17 de Outubro. - Pela Portaria n.º 36/96 (2.ª Série) de 9 de Maio, foram definidas as competências da Comissão Instaladora da CTOC e da Comissão de Inscrição. - Inicialmente designou-se Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC). Com o actual Estatuto, aprovado pelo DL n.º 452/99, de 5 de Novembro, passou a designar-se CTOC. - Por protocolo com a Procontas a CTOC patrocinou a Revista “Eurocontas” (último número 62 de Novembro de 2000). - Revista TOC n.º 1, de Abril de 2000. Em Actividade (último n.º 45, de Dezembro de 2003). - <a href="http://www.ctoc.pt">www.ctoc.pt</a>

\* Ordenadas por ordem cronológica da sua constituição.

Fonte: *Elaboração própria*

### APÊNDICE N.º 3 - COMUNICAÇÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS TÉCNICOS DE CONTAS

DATA DA SESSÃO	AUTOR/REF.ª CURRICULAR	FRASES DESTACADAS
18-03-1949	Dr. António Pedroso Pimenta (Administrador bancário e Professor do Instituto Comercial de Lisboa)	<p>O reconhecimento da necessidade da regulamentação da Contabilidade, já não é novo, vem bem de trás.</p> <p>Aparece-nos em épocas bem recuadas.</p> <p>Assim, datada de 30 de Agosto de 1770, foi publicada uma carta lei, estabelecendo as condições em que poderia se desempenhada a profissão de guarda-livros, fixando-se mesmo os ordenados mínimos para os que desempenhassem funções no comércio, como se vê na referida lei: «Porque seria contrário à razão; por uma parte que depois de se ver tão favorecida e louvável aplicação dos que frequentam a Aula do Comércio, houvessem estes de fazer monopólio do seu préstimo, pretendendo excessivos preços pelo seus ordenados com prejuízos, e gravame das Casas de Comércio; e por outra parte, que se invilicesse a sua remuneração pela concorrência do grande número dos mesmos Aulistas, que pretendessem ao mesmo tempo as suas acomodações: Mando, que lhes fiquem estabelecidos, como preço invariáveis...», etc.</p> <p>Na referida carta de Lei, até se previam diuturnidades e se garantiam os direitos adquiridos.</p> <p>Isto em 1770.</p>
	Dr. Augusto de Aguiar (Advogado e Director do Instituto Comercial de Lisboa)	<p>A luta pela regulamentação da profissão dos técnicos de contas é quase tão antiga como a criação do curso de contabilista em o nosso país. O Estado criou a aprendizagem, mas esqueceu a profissão. Preparou o órgão, mas não regulamentou a função.</p> <p>Portugal não pode continuar irremediavelmente acorrentado às ideias simplistas da primeira metade do século passado em uma questão desta importância, julgando que o trabalho do contabilista deve limitar-se ao registo de assentos, ignorando a função complexa e variada que à contabilidade científica é atribuída no fenómeno da concentração industrial e comercial dos tempos actuais e na própria organização administrativa do Estado e dos agregados locais.</p>
	Francisco Xavier Antunes (Contabilista (I.C.L.) e Industrial)	<p>As associações profissionais dos técnicos de contabilidade têm um papel importante a desempenhar no mundo dos negócios, pela colaboração dos seus membros especializados na administração da riqueza. Podem ajudar aperfeiçoar a formação profissional e cultural dos técnicos, organizar a profissão, elevar os contabilistas à hierarquia dos valores intelectuais e assegurar-lhes um nível de vida de acordo com o seu valor e responsabilidade.</p>

### APÊNDICE N.º 3 - COMUNICAÇÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS TÉCNICOS DE CONTAS

22-03-1949	Prof. Dr. Luís Viegas (Professor Catedrático Jubilado do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras)	Ora, para mais paradoxal que esta sua afirmação pareça, «a Contabilidade tanto pode ser uma arte como uma ciência». Vejam os: Um indivíduo, dentro dum escritório, a debitar e a creditar contas, com uma boa caligrafia, amontoa números debaixo de números, faz contabilidade, é certo, mas não faz ciência, pratica uma arte. Nas organizações modernas a Contabilidade desempenha um importante papel e o técnico de contas é o principal colaborador da gerência, devendo ser considerado o motor da empresa.
	Dr. Octávio de Brito (Advogado e Comercialista)	Há por isso que distinguir duas categorias distintas de técnicos de contas. A primeira é a dos que estão ao serviço das empresas comerciais e industriais, dedicando-lhe toda a sua actividade; a segunda, a de peritos contabilistas e a de revisores de contas, perfeitamente diferenciados dos primeiros, entre os quais não devem ser recrutados, e exercendo a sua missão por forma independente.
	António Coelho d’Aça Castel’Branco (Contabilista (I.C.L.) – Auditor)	Eis um aspecto do que algumas vezes se passa entre nós e a atestá-lo e a provar até a impunidade que impera, basta analisar a «folha oficial» onde se podem encontrar verdadeiras barbaridades em Balanços. Nada disto seria, pois, possível se a regulamentação da profissão fosse um facto.
01-04-1949	Dr. Eduardo Maria Baptista de Oliveira (Professor dos Institutos Comercial e Industrial de Lisboa)	O que parece indispensável é que a lei indique quais são os indivíduos que têm direito de exercer a profissão de contabilistas, guarda-livros e peritos contabilistas, para não se dar o caso, como se dá, de qualquer indivíduo poder exercê-la sem ter a preparação precisa, quer científica, quer prática, visto estar provado que não é qualquer sem curso, nem prática, pode exercer competente e honestamente tal cargo. A regulamentação do exercício da profissão vinha também contribuir para a criação de uma câmara de contabilistas, o que permitiria o estabelecimento da responsabilidade profissional e disciplinar dos associados.
	Dr. Fernando A. Pinto Barbosa da Cruz (Advogado e Secretário Geral da Associação Industrial Portuguesa)	E o número, a categoria, a idoneidade dos nossos técnicos de contas – haja em vista o prestígio que muito justamente conquistou esta Sociedade – inteiramente reclamam uma organização adrede estudada e definida.
	Martim Noel Monteiro (Técnico de contabilidade e publicista)	Traz então a regulamentação, inconvenientes para estes profissionais? É indiscutível que sim, mas para os maus profissionais, para os habilidosos, em suma, para os incompetentes. Convém desde já marcar posição: - não se trata de uma luta entre diplomados e não diplomados, campo para onde tem sido indevidamente desviada esta questão. Trata-se antes da luta entre o bom e o mau profissional, ou antes entre o profissional e o amador, entre o técnico e o «habilidoso».

### APÊNDICE N.º 3 - COMUNICAÇÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS TÉCNICOS DE CONTAS

28-04-1949	Dr. Júlio César da Silva Gonçalves (Professor do Instituto Comercial de Lisboa e Actuário)	Estou convencido de que dentro do sistema corporativo português, e por analogia com outros organismos profissionais já existentes, tudo se resolveria com a criação de uma Ordem, um Sindicato ou Câmara (solução portanto corporativa, ou para-corporativa), onde coubessem todos os técnicos de contas verdadeiramente habilitados, considerando como tais não apenas os possuidores de diploma oficial mas, transitòriamente, os verdadeiros profissionais, cuja competência técnica e porte moral sejam devidamente reconhecidos.
	Dr. António da Cruz Barreto (Chefe de Repartição do Ministério das Colónias, Licenciado em Direito e em Ciências Económicas e Financeiras; Contabilista (I.C.L.))	É indubitável que o progresso científico da Contabilidade e o consequente aperfeiçoamento da sua técnica não podiam ser realizados sem a correspondente valorização cultural dos seus profissionais.
	António Tomé de Brito (Contabilista (I.C.L.) e Professor do ensino técnico)	Não constitui novidade para os contabilistas, insistir na necessidade de elevar nós o ensino da Contabilidade ao lugar que nalguns países, há anos, ocupa. Lembremos que dentre esses bem poucos terão tradições mais brilhantes do que as nossas, pois, como se sabe, já no século XVIII tínhamos ensino público de Contabilidade. Portugal teve uma regulamentação das profissões de técnicos de contas, por carta de lei de 30 de Agosto de 1770, instituída pelo Marquês de Pombal. Só os matriculados na «Junta do Commercio» podiam exercer as profissões de Guarda-Livros, e, para proteger a «Aula de Commercio», os cargos públicos de «Contadorias», «Administração» e «Arrecadação da Fazenda» só podiam ser providos de «Aulistas aprovados».
05-05-1949	Dr. <sup>a</sup> Emilia Adelaide de Sousa Ferreira (Professor do Instituto Comercial de Lisboa)	Para terminar, direi apenas que me parece ser altamente conveniente que a «Câmara de Contabilistas» ou a «Corporação Profissional» - como vier a adoptar-se - disponha de órgãos de consulta, competentes e expedito, que possam ser proveitosamente utilizados pelos técnicos, pelos estudiosos e pelas empresas sempre que se suscitem dúvidas sobre a resolução de quaisquer problemas de Contabilidade.
	Dr. António Alexandre Pereira da Silva (Contabilista (I.C.L.) e licenciado em Ciências Económicas e Financeiras – Chefes dos Serviços Administrativos da C.S. Previdência dos Empregados no Comércio)	Verificámos, por força de funções que desempenhámos, o desrespeito, a indiferença, com que certas firmas confiam as suas escritas a indivíduos, sem a mínima preparação, e, pior, lhe atribuem graus hierárquicos como os de guarda-livros, contabilista, controler e outros nomes, mais ou menos consentâneos... com desejo das empresas ou com a vontade dos profissionais.
	Amadeu de Sousa Macedo (Contabilista (I.C.L.))	Partindo do princípio de que a contabilidade é uma ciência – e supomos que nesta afirmação estamos todos de acordo – tanto mais que sentimos bem acompanhados pela opinião autorizada do Prof. Luís da Silva Viegas – e existindo em Portugal vários Estabelecimentos de Ensino Oficiais onde se ministram os conhecimentos necessários ao exercício da profissão de técnicos de contas, afigura-se-nos não fazer sentido que o exercício daquela não se encontre devidamente regulamentada.

### APÊNDICE N.º 3 - COMUNICAÇÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS TÉCNICOS DE CONTAS

29-11-1949	Dr. Carlos Fragoso (Professor do Instituto Comercial de Lisboa e Inspector Contabilista)	Esta anomalia resulta fundamentalmente da falta dum órgão disciplinador e orientador sob o aspecto técnico e deontológico que imponha aos componentes da classe os preceitos e normas a respeitar no desempenho da sua função profissional, independentemente de qualquer outra autoridade que lhes caiba acatar sob outros aspectos.
	Dr. José de Azeredo Perdigão (Advogado e Conservador do Registo Predial)	3 – A regulamentação interessa, aos peritos de contas, porque lhe dará prestígio, independência, autoridade e os libertará, a pouco e pouco, da concorrência do amador, do autodidacta, do prático da contabilidade. Cria-lhe direitos mas impõe-lhe, correlativamente, obrigações. Define funções e o modo de as exercer; abre, pois, caminho à responsabilidade profissional e facilita a sua efectivação. A regulamentação é a base do prestígio de todos aqueles que exercem uma profissão liberal.

## APÊNDICE N.º 4 – EDITORIAL DO BOLETIM N.º 1 DA “SPC”

(Por Hernâni de Barros Bernardo)

*Nova publicação periódica desponta hoje, no seio da nossa bibliografia especializada. Traduzindo um velho desejo da Sociedade Portuguesa de Contabilidade, que tanto se fazia sentir (basta dizer que esta agremiação é das poucas participantes na U.E.C. que não tinha ainda órgão próprio), a nova publicação vem demonstrar a simpatia crescente que despertam os estudos contabilísticos – esse belo ramo de árvore da Ciência que em Portugal goza de nobres e longevas tradições.*

*O presente Boletim, que sairá todos os trimestres, vem assim, senão preencher uma lacuna, pelo menos desempenhar uma função bem definida. Terá os seus méritos e, porventura, os seus defeitos, sobretudo se tomarmos em consideração que surge num meio especializado onde têm existido, e continuam a existir, outras publicações periódicas.*

*Nos ramos gigantescos de qualquer árvore – passe a imagem botânica – as folhas raro se mostram iguais. Um nascem ostentosas, exuberantes de seiva; outras, menos ricas, amarelentas, discretas. Mas o escopo identifica-se, a função irmana-se: todas concorrem, a seu modo, para a existência e engrandecimento do tronco comum e afastam o espectro desolador de uma árvore seca, de galhos nus.*

*É este o caso do nosso Boletim, ao vir bater-se pela Contabilidade, com os meios ao seu alcance, com denodo e firmeza, ao lado das revistas congéneres. Mas esta ciência merece-o. A sua importância tornou-se hoje sobremaneira evidente, graças ao cunho acentuadamente prático e à utilidade imediata e multiforme, que fazem dela uma alavanca imprescindível nas Administrações modernas.*

*Não se deixará o Boletim, porém, embriagar pela miragem de ousadas realizações que superem as suas forças. Destinado quase apenas aos sócios, sai, por isso, tamanho e modesto, sem grandes aparatos, acomodado aos actuais recursos associativos – com o objectivo demarcado de divulgar tudo o que dentro da Sociedade ou através dela se faça de mais notável. Ele será, deste modo, fundamentalmente destinado a teses, comunicações, relatórios, trabalhos que exijam maior projecção ou se revelem de interesse para a maioria dos colegas – elo de classe, e de técnica, a informar e a unir os associados espalhados pelo mundo, porta-voz das suas aspirações e dos seus conhecimentos.*

*... Folha da grande árvore contabilística, em suma a juntar-se a outras, a enriquecer, de qualquer forma, a frondosa copa de um ramo que se sobreleva de dia para dia dentre as preocupações contemporâneas.*

**APÊNDICE N.º 5 - História do Boletim da "SPC"**

Data	N.º	Páginas	Director
Outubro de 1954	1	58	H.B.B.
Janeiro de 1955	2	64	H.B.B.
Abril de 1955	3	64	H.B.B.
Julho de 1955	4	48	H.B.B.
Outubro de 1955	5	54	H.B.B.
Janeiro de 1956	6	48	H.B.B.
Abril de 1956	7	56	H.B.B.
Julho de 1956	8	48	H.B.B.
Outubro 1956/Janeiro 1957	9-10	62	H.B.B.
Abril de 1957	11	72	H.B.B.
Julho de 1957/Outubro de 1957	12-13	62	H.B.B.
Janeiro de 1958	14	70	H.B.B.
Abril de 1958	15	70	H.B.B.
Julho de 1958	16	76	H.B.B.
Outubro de 1958	17	61	H.B.B.
Janeiro e Abril de 1959	18-19	82	H.B.B.
Julho de 1959	20	63	H.B.B.
Outubro de 1959/Janeiro de 1960	21-22	101	H.B.B.
Abril e Julho de 1960	23-24	108	A.M.M.
Outubro de 1960	25	84	A.M.M.
Dezembro de 1960 a Dezembro de 1962	26-27-28	131	A.M.M.
Dezembro de 1965	29	59	A.M.M.
Abril/Junho de 1973	30	31	A.T.B.
Julho/Setembro de 1973	31	31	A.T.B.
Outubro/Dezembro de 1973	32	30	A.T.B.
Janeiro/Março de 1974	33	32	A.T.B.
Abril/Junho de 1974	34	31	A.T.B.
Julho/Setembro de 1974	35	32	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1974	36	32	F.C.L.
Janeiro/Março de 1975	37	36	F.C.L.
Abril/Junho de 1975	38	32	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1975	39	32	F.C.L.
Abril/Junho de 1976	40	16	F.C.L.

Data	N.º	Páginas	Director
Julho/Setembro de 1976	41	16	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1976	42	16	F.C.L.
Abril/Junho de 1977	43	16	F.C.L.
Julho/Setembro de 1977	44	16	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1977	45	16	F.C.L.
Janeiro/Março de 1978	46	16	F.C.L.
Abril/Junho de 1978	47	16	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1978	48	16	F.C.L.
Janeiro/Março de 1979	49	16	F.C.L.
Julho/Setembro e Outubro/Dezembro de 1979	50-51	32	F.C.L.
Janeiro/Março de 1980	52	28	F.C.L.
Abril/Junho de 1980	53	28	F.C.L.
Julho/Setembro de 1980	54	32	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1980	55	32	F.C.L.
Janeiro/Março de 1981	56	52	F.C.L.
Abril/Junho de 1981	57	32	F.C.L.
Julho/Setembro de 1981	58	32	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1981	59	36	F.C.L.
Janeiro/Março de 1982	60	32	F.C.L.
Abril/Junho de 1982	61	36	F.C.L.
Julho/Setembro de 1982	62	36	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1982	63	32	F.C.L.
Janeiro/Março de 1983	64	32	F.C.L.
Outubro/Dezembro de 1984	65	20	F.C.L.

<b>Legenda</b>
H.B.B. - Hernâni Barros Bernardo
A.M.M. - Augusto Martins Moreira
A.T.B. - António Tomé de Brito
F.C.L. - Fernando da Conceição Lopes

**APÊNDICE N.º 6 – LIVROS E BROCHURAS PUBLICADAS PELA “SPC”**

<b>Livro/Brochura</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>
Conceitos Novos sobre Coisas Velhas em Contabilidade	Luis Mourão	1948
Alguns Aspectos de Transmissão e Amortização de Quotas e sua Repercussão no Balanço das Sociedades de Responsabilidade Limitada	Francisco Xavier Antunes	1948
A Contabilidade Industrial e os Custos “Standard”	Carlos Fragoso	1948
Contabilidade Mineira	Eduardo Maria Batista de Oliveira	1950
A Avaliação dos Valores em Garantia de Reservas das Instituições Seguradoras	Júlio César da Silva Gonçalves	1950
A Actividade Fiscal em Face do Contabilista	José Nuno dos Santos	1950
N.º 22 – Três Pontos da Contabilidade de Seguros	Joaquim Travassos e Lopes Mendonça Santos	1951
N.º 23 – Metodologia Geral da Contabilidade	Dr. Jaime Lopes Amorim	1951
N.º 24 – Problemas de Administração de Empresas Industriais	Dr. Octávio de Brito	1951
Amortizações – Seu Aspecto Contabilístico e Financeiro	Manuel de Sousa Carvalho	1952
Vantagens para a Contabilidade da Regulamentação Profissional dos Técnicos de Contas	Sociedade Portuguesa de Contabilidade	1953
6.º Congresso Internacional de Contabilidade – Relatório da SPC	António Coelho d’Aça Castel-Branco	1953
Algumas Divagações e um Objectivo	Aureliano Felismino	1953
Fraudes em Contabilidade	Fernando de Lacerda Castelo Branco	1954
O Léxico Português de Contabilidade	António Tomé de Brito	1968

**Fonte:** Elaboração própria

**APÊNDICE N.º 7 – REFERÊNCIAS À “SPC” NA REVISTA DE CONTABILIDADE E COMÉRCIO**

<b>N.º</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGS.</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
50	Abril - Junho de 1945	189 a 191	Reunião para análise dos estatutos da SPC
53	Janeiro – Março de 1946	5 a 16	Publicação dos Estatutos da SPC e do Alvará do Governo Civil de Lisboa n.º 18/1946
		111 a 112	Vida Associativa: Sociedade Portuguesa de Contabilidade – 1. <sup>a</sup> Assembleia Magna em 12/2/46 da SPC no ICL que elegeu com 57 votos os primeiros corpos gerentes.
54 e 55	Abril – Setembro de 1946	261 a 264	Publicação do Primeiro Relatório de Actividades (não sob a forma de relatório e contas)
56	Outubro – Dezembro de 1946	314 a 331	Palestra em 21/6/1946 na sede da SPC sobre o 1.º Ciclo de Palestras Culturais da SPC
57	Janeiro – Março de 1947	23 a 50	Conferência em 1/3/47 sobre sessão de homenagem à memória de Dumarchey pela SPC realizada no ICL
60	Outubro – Dezembro de 1947	430 a 431	Ecos e Comentários: II Ciclo de Estudos da SPC em Novembro de 1947
66	Abril – Junho de 1949	226 a 227	Publicita as sessões sobre “Vantagens para a Contabilidade da Regulamentação dos Técnicos de Contas” e noticia a constituição de uma filial em Angola.
79	Julho – Setembro de 1952	368	Noticia a participação da SPC no 6.º Congresso Internacional de Contabilidade
81	Janeiro – Março de 1953	121 a 123	Alterações dos Estatutos em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Janeiro de 1953
82	Abril – Junho de 1953	209 a 230	6.º Congresso Internacional de Contabilidade – Londres, 1952 – Relatório apresentado por António Coelho D’Alça Castelo-Branco (Continua nos n.ºs 83 e 84

**APÊNDICE N.º 7 – REFERÊNCIAS À “SPC” NA REVISTA DE CONTABILIDADE E COMÉRCIO**

84	Outubro – Dezembro de 1953	519 a 521	Participação da SPC no 1.º Congresso Bienal da UEC realizado em Florença de 5 a 8 de Outubro de 1953
86	Abril – Junho de 1954	246 a 249	Várias notícias s/ a SPC com especial referência a constituição de uma delegação da SPC em Moçambique.
88	Outubro – Dezembro de 1954	505 a 506	Várias notícias s/ a SPC com destaque para o lançamento do Boletim da SPC e uma reunião de confraternização dos diplomados pela ICP
94	Abril – Junho de 1956	241	Notícia a mudança de instalações em 1 de Maio de 1956 para a Rua Barata Salgueiro, 1.º - 2.º Esquerdo, Lisboa, reunindo os serviços que estavam repartidos pelo ICL e pela Sociedade de Propaganda de Portugal
101	Janeiro – Março de 1958	129 a 130	Notícia a oferta de uma placa de prata à Revista de Contabilidade e Comércio pelas bodas de prata com data de 1957
103	Julho – Setembro de 1958	406 a 407	Notícia a realização de um colóquio em 9 de Maio de 1958 sobre o Plano Contabilístico Nacional
104	Outubro – Dezembro de 1958	548 a 549	Notícia que no dia 12 de Dezembro de 1958 realizou-se na sede o descerramento do retrato a óleo do Dr. António Pedroso Pimenta, bem como a realização em Dezembro de 1958 do I Congresso do Ensino Técnico promovido pelo Ministério da Educação Nacional
106	Abril – Junho de 1959	271 a 272	Notícia as comemorações da SPC sobre o II Centenário da Aula do Comércio

**APÊNDICE N.º 8 - ACTIVIDADES (OUTRAS) DA “SPC” PUBLICITADAS NO BOLETIM**

<b>BOLETIM</b>			<b>DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE</b>
<b>DATA</b>	<b>N.º</b>	<b>PÁGS.</b>	
Outubro de 1954	1	-	Lançamento do n.º 1 do Boletim da SPC
		7	Referência a Parecer da SPC sobre o documento “Subsídios para a Organização do Balanço do Estado” da Direcção Geral da Contabilidade Pública.
		8	Comissão Central da UEC – Descrição dos membros da SPC representantes nas diversas subcomissões da UEC.
		9	Prémio “Sociedade Portuguesa da Contabilidade” – Prémio instituído nos termos do art.º 10.º dos Estatutos que foi lançado, pela primeira vez em 1950.
Janeiro/Abril de 1959	18-19	143 a 146	1.º Congresso Nacional do Ensino Técnico Profissional, organizado pela Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, de 13 a 22 de Dezembro de 1958.
Julho de 1959	20	163 a 164	Comemorações do 2.º Centenário da “Aula do Comércio” em Maio de 1959, com apresentação de conferências, uma exposição bibliográfica e documental e sessão solene no ICL em 21 de Maio de 1959, bem como uma deslocação ao túmulo de Marquês de Pombal.
Abril de 1955	3	143 a 168	Relatório síntese apresentado pela SPC, como Presidente da Comissão de História da UEC, ao I Congresso da UEC, realizado nas cidades de Florença e Roma, de 5 a 10 de Outubro de 1953.
		173 a 183	Relatório elaborado por Hernâni de Barros Bernardo da Subcomissão Portuguesa de Publicações da UEC, sob o título “Em Torno da Bibliografia Geral da Contabilidade”.
Julho de 1955	4	215 a 226	Relatório sob o título “Acção da Sociedade Portuguesa de Contabilidade na UEC”, relativo às palestras no I Congresso da UEC dos dirigentes da SPC, Tomé de Brito, Alfredo Rodrigues e Ernesto Venâncio.
Abril de 1956	7	103 e 129	Mudança de instalações (alugadas) em Junho de 1956 para a Rua Barata Salgueiro, 1.º - 2.º Esq.º, Lisboa, para instalação dos serviços de secretaria, Boletim, Gabinete da Direcção, sala de conferências, etc.
Abril de 1957	11	65	Visita a Portugal, de 31 de Maio de 1957, de Delegados da UEC para preparação do Congresso do Mónaco em 1958.
Abril de 1958	15	271 a 316	Diversos artigos “in Memoriam” ao Dr. António Pedroso Pimenta
		317	Colóquio da SPC sobre o “Plano Contabilístico Nacional” cuja apresentação foi efectuada em Maio de 1958 por António Tomé de Brito.

**APÊNDICE N.º 8 - ACTIVIDADES (OUTRAS) DA “SPC” PUBLICITADAS NO BOLETIM**

Janeiro de 1960	21-22	9 e 10	II Centenário da “Aula do Comércio” – Comemorações promovidas pela SPC em 19 de Maio de 1959, que incluiu uma romagem ao túmulo de Sebastião José de Carvalho e Melo (1.º Conde de Oeiras e 1.º Marquês de Pombal, ministro D. José) e uma sessão solene no ICL com o descerramento de uma lápide comemorativa oferecida pela SPC.
		27 a 42	Palestra sob o título “No Duplo Centenário da Aula do Comércio”, por Aureliano Felismino (Director Geral da Contabilidade Pública).
Dezembro de 1962	26-28	93 a 98	Participação da SPC na Homenagem ao Prof. Dr. Jaime Lopes Amorim, comemorativa da sua última lição, em 14 de Janeiro de 1961, nas instalações do Instituto Comercial do Porto.
Outubro/Dezembro de 1975	39	30	Comemorações de 23 a 27 de Junho de 1975 do 30.º Aniversário da SPC, que incluiu a entrega do prémio “Sociedade Portuguesa de Contabilidade” ao aluno do ICL que concluiu, com maior classificação, o curso de contabilista, o Sr. José da Silva Guerreiro, e uma palestra do Prof. Rogério Fernandes Ferreira
Abril/Junho de 1978	47	11 e 12	Repete um artigo publicado pela primeira vez no Boletim de Abril de 1956 sob o título “S. Mateus o Padroeiro dos Contabilistas”. É referida a intenção da Direcção propor que a nível nacional seja também consagrado o dia 21 de Setembro como o DIA DO CONTABILISTA.
Janeiro/Março de 1981	56	15 a 19	Seminário Internacional sob o título “Integração de Portugal na CEE”, realizado em Lisboa em 12 e 13 de Março de 1981, co-organizado pela UEC e pela SPC, com a presença de 512 pessoas.

**Fonte:** Elaboração própria

**APÊNDICE N.º 9 – ÚLTIMOS (?) CORPOS GERENTES DA SPC – APÓS 1983**

<b>Órgão Social</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>
Assembleia Geral:	Presidente Vice-Presidente 1.º Secretário 2.º Secretário	António Miranda António Campos Pires Caiado José Diogo Afonso Alexandrina dos Santos Cochicho
Direcção	Presidente Vice-Presidente 1.º Secretário 2.º Secretário Tesoureiro Vogal Vogal Suplente Suplente Suplente	Ruy Luiz Fernandes de Carvalho José Luiz Lopes Marques Horácio dos Santos Porto Armando Barroso Gonçalves Vitor Manuel Pereira Narciso Carlos Ramos Garcia José Luiz Miguens Cardoso Júlio Ribeiro António Joaquim Gomes da Costa José Manuel Moreira Gonçalves
Conselho Fiscal	Presidente Vogal Vogal Suplentes Suplentes Suplentes	António Verde Berenguer António Manuel Macarrão José Maria Escarameia de Sousa José Avelino Rodrigues Modesto João Rodrigues Pereira Maria Isabel Martins Costa Tornixa Pessoa